

A REVOLUÇÃO É IRREVERSÍVEL

O POVO DE LISBOA SAÍU PARA A RUA E SAUDOU COM ENTUSIASMO E ALEGRIA AS HISTÓRICAS DECISÕES DO GOVERNO



MUITO ANTES DA HORA MARCADA PARA O INÍCIO DA MANIFESTAÇÃO JÁ MILHARES DE PESSOAS SE CONCENTRAVAM NO ROSSIO. DEPOIS, A MULTIDÃO FOI ENGROSSANDO, E A CAMINHO DE S. BENTO FORAM CENTENAS DE MILHAR OS QUE QUISERAM MANIFESTAR O SEU REGOZILHO PELAS HISTÓRICAS MEDIDAS TOMADAS

A QUELES que defendem qualquer coisa como o social-capitalismo, aqueles que temem acima de

tudo que a revolução progrida, ficam agora ainda mais longe da meta a atingir por todo o verdadeiro esforço nacional para que se consolide o presente e se confira segurança aos passos do futuro.

As medidas aprovadas anteontem na histórica reunião plenária do Conselho de Ministros, pondo em prática as grandes linhas políticas adoptadas recentemente pelo Conselho da Revolução, são parte integrante — e assim o afirmou o Primeiro-Ministro — do «sentido em que queremos encaminhar a nossa Revolução» para «passar ao socialismo».

É inequívoca esta afirmação. E ao lado dos trabalhadores, junto do movimento popular de

massas, o nosso Partido é dela garante, pois há muito que luta e continuará a lutar pela concretização e o avanço dessas medidas históricas.

As linhas orientadoras da Reforma Agrária são já uma realidade. A exploração das grandes áreas de sequeiro em proveito dos pequenos e médios agricultores; a criação de equipas de técnicos, embrião do futuro Serviço Nacional de Extensão Agrária, que seguirão brevemente para os campos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo; os investimentos públicos nos prédios rústicos do Sul; as expropriações das propriedades de sequeiro com áreas superiores a 500 hectares e das irri-

gadas com mais de 50 hectares; a extinção das coutadas; o saneamento imediato dos corpos gerentes das cooperativas e as outras medidas verdadeiramente revolucionárias para a agricultura garantem o rumo certo para o socialismo e deixam para trás as veleidades de entrar-se no processo revolucionário.

Mas para que ele avance, o Povo Português tem de o tomar a peito como obra sua, «porque as condições que se põem aos trabalhadores, em matéria de relações económicas, de relações com o Estado, de relações de trabalho, são hoje diferentes daquelas que se punham antes do 11 de Março», como afirmou o briga-

deiro Vasco Gonçalves ao referir-se aos «objectivos que nos animam».

Estão traçadas as linhas mestras da socialização da economia. As nacionalizações imediatas de 24 grandes empresas, entre elas a Siderurgia Nacional, a Saco, a TAP, a CP, a Cidla; o programa de controlo dos sectores básicos da indústria e energia; a nacionalização prevista dos principais jazigos de minério e das indústrias de tabacos, cerveja, celulose, adubos, etc., põem ao serviço do Povo Português as maiores riquezas nacionais. E este «pôr ao serviço» deixou de ser o trapo com que os antigos sugadores de todo o lucro, com que os antigos proprietários tentavam tapar os olhos

aos trabalhadores portugueses. A responsabilidade do Povo Português no caminhar da sua Pátria pode agora começar a ser verdadeiramente exercida.

No seu apelo ao povo da região de Lisboa para a «grandiosa manifestação de apoio e regozijo, o nosso Partido «sublinha que estas medidas vêm ao encontro das mais profundas aspirações e dos objectivos das massas populares pelos quais o PCP sempre se tem batido». E as massas populares bem o sentiram, correspondendo ao nosso apelo, saudando e apoiando firmemente, ontem, em gigantescas manifestações de rua, as históricas decisões do Conselho da Revolução e do Governo

Provisório no sentido de «reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo».

O Povo Português tem ainda a garantia de que, até ao fim do ano, não serão aumentados os preços de produtos essenciais, que diariamente consome, sem prejuízo dos aumentos a pagar à produção, sobretudo para satisfazer os legítimos anseios dos pequenos e médios agricultores. Foram lançadas, entretanto, as bases gerais de um programa nacional de emprego, estando prevista a curto prazo (dois meses) a criação de novos postos de trabalho.

Todos estes passos são decisivos para o avanço do processo revolucionário e para uma efec-

tiva melhoria das condições de vida da classe operária e de todos os trabalhadores. Temos agora de juntar ainda mais todas as nossas forças, temos de apelar para todas as nossas reservas de energia e de vontade, pois está nas nossas mãos o futuro que quisermos para nós e para os nossos filhos.

Entretanto, além das numerosas manifestações de regozijo realizadas ontem, outras estão previstas para os próximos dias. Como é o caso da do Porto, hoje, às 21 e 30, convocada pelo nosso Partido com a imediata adesão de vários partidos e organizações democráticas, nomeadamente o MDP/ /CDE, o MES, a FSP, a Intersindical.

PÁGINA 2

Avante!

Rasga-se
um novo
caminho
ao futuro
do nosso Povo



A revolução democrática portuguesa acaba de dar novos passos decisivos para a construção de um Portugal independente, feliz e livre. O dia 15 de Abril ficará como um novo marco no processo revolucionário português, no qual se empenham as forças mais válidas do nosso povo. Com as novas nacionalizações anunciadas pelo Governo Provisório, juntamente com outras medidas antimonopolistas e antilatfundistas, um golpe de consequências irreversíveis foi assestado no velho edifício social herdado do passado e um novo sistema de vida aponta no horizonte.

Pela primeira vez no nosso país multicentenário se conjugaram forças sociais e políticas e condições históricas favoráveis para levar a cabo as profundas transformações que o longo e sufocante domínio dos monopólios e do latifúndio tornou imperiosas.

Sonhos milenários dos trabalhadores e explorados de Portugal antes irrealizáveis, começam a ter viabilidade prática. Começou com o glorioso movimento dos capitães do 25 de Abril e a cada estrebuchar das forças conservadoras e reaccionárias, que trazem no bojo o retorno do fascismo, as forças motoras do processo revolucionário — a aliança Povo-MFA — ganharam novo vigor e dinamismo e traduziram em novas conquistas sociais e políticas as vitórias alcançadas.

A histórica decisão do Conselho da Revolução, logo à raiz da sua criação, de nacionalizar a banca e os seguros, sucederam-se agora outras medidas de largo alcance destinadas a enfrentar no imediato os difíceis problemas herdados do fascismo e a rasgar um novo caminho ao futuro do nosso povo.

É imprescindível e urgente que todos nos capacitemos da envergadura das medidas agora promulgadas pelo Governo Provisório e do que elas representam e implicam para a vida dos portugueses. A base monopolista da economia portuguesa herdada do fascismo foi irreversivelmente atingida nos seus fundamentos e uma nova fase transitória entre duas formações sociais opostas se iniciou.

A nacionalização dos sectores básicos da economia nacional veio trazer à luz do dia o grau extremo de concentração das riquezas operada sob o fascismo.

Na banca e nos seguros acumulavam-se, com os milhões da pequena e média poupança dos portugueses, em especial dos trabalhadores emigrados, mais de três quartas partes do capital accionista de todas as sociedades anónimas operando em Portugal e nas ex-colónias. Por mil tentáculos, com particular relevo para as sociedades de investimento e de operações sobre imóveis, os grandes senhores da finança portuguesa controlavam, de facto, as principais actividades económicas do País na indústria, no comércio e nos serviços, planeando e gerindo os seus negócios não na mira dos interesses do povo mas dos seus interesses privados e mesquinhos.

Por esses mil rios e regatos desembocava nos cofres dos grandes tubarões da banca a mais-valia arrancada ao suor e ao engenho dos trabalhadores portugueses.

Só nos dez primeiros anos da guerra colonial, de 1961 a 1971, os depósitos totais e os meios de pagamento acumulados nos bancos tinham subido de 47 para mais de 210 milhões de contos — uma massa excepcional de dinheiro e valores na estreiteza dos recursos do País, com a qual os monopolistas portugueses e estrangeiros impunham a lei e mantinham em respeito os sectores não monopolistas da economia nacional.

No sector da produção e distribuição da energia eléctrica agora nacionalizado, a concentração e centralização do capital atingira igualmente um grau elevado.

Através dos dinheiros desviados da Previdência Social e directamente roubados, portanto, aos magros ganhos dos trabalhadores, um denso entrelaçamento de interesses entre o sector estatal e as grandes empresas eléctricas privadas punha este sector essencial da indus-

trialização do País ao serviço dos interesses dos mesmos magnatas que dominavam a banca.

A energia saída das fontes de produção a pouco mais de 40 centavos o quilovatio era colocada no consumidor algumas vezes a 4 e a 5 escudos, enquanto que aos grandes consumidores industriais monopolistas era vendida a preços irrisórios. E, entretanto, a electrificação rural e o barateamento da energia de modo a torná-la acessível ao povo eram letra morta para os grandes patrões da electricidade e do seu governo fascista.

Daqui resultavam não só as grandes manchas sem luz do País mas também, mesmo nas zonas electrificadas, a impossibilidade financeira de milhares de famílias pobres utilizarem esse meio tão importante do bem-estar social. O caso era de tal modo escandaloso que, poucos anos antes do 25 de Abril, apenas 400 000 das 1 200 000 das freguesias electrificadas utilizavam a energia eléctrica.

Se passarmos para o sector dos transportes ferroviários vemos como também aí este importante factor de desenvolvimento económico-social do País era mantido na condição de fornecedor de altos proventos a algumas dezenas de notórios fascistas.

A anedota dos «deficits» da exploração da rede ferroviária era a maneira de conservar sempre cheia para os fiéis apaniguados do regime — e à custa de outros fundos roubados ao povo noutras actividades — uma teta de onde auferiam chorudos proventos.

Os trabalhadores da CP eram pagos na escala dos mais baixos salários industriais do País e os utentes viam quase cada mês subir as tarifas de maneira incompensável para os recursos dos menos favorecidos e para um transporte rendível de mercadorias entre as diversas regiões do continente. E entretanto, à SOFRERAIL, do senhor Pinay, eram asseguradas lucrativas encomendas para uma melhoria da rede que ia sempre ficando aquém das exigências normais do transporte de passageiros e carga nas regiões servidas pelos caminhos-de-ferro.

Nas indústrias petrolíferas e derivadas do petróleo agora nacionalizadas, o grupo SACOR/CIDLA era um cóio de refinados fascistas, extremamente comprometidos no aparelho político e repressivo do regime deposto. Os famigerados Casal Ribeiro e Góis Mota e outros não só impunham nas empresas do grupo um clima de terror como, juntamente com tubarões da banca, portugueses e estrangeiros, se asseguravam altos lucros à custa do encarecimento dos produtos. Grandes fortunas como as de Bulhosa, Queirós Pereira, do grupo SONAP, e outras foram amontoadas neste sector da refinação e distribuição de petróleos.

E, se nos virarmos para o grande empório da siderurgia, onde o grupo Champalimaud impunha preços de monopólio no mercado nacional do ferro e do aço, sob a protecção dos governantes fascistas, não podemos deixar de constatar como era urgente a nacionalização deste sector fundamental para o progresso económico do País.

O Governo Provisório anunciou outras nacionalizações em projecto, dos sectores básicos da economia nacional. Não pode encerrar-se de outro modo, dentro das linhas gerais de uma economia que tem de virar-se para os interesses do povo. Aliás, não é possível, hoje, vencer as dificuldades e a crise que a sabotagem dos grandes grupos financeiros provocou no País, depois do 25 de Abril, senão modificando radicalmente, no sentido antimonopolista hoje, e no quadro de uma via socialista amanhã, os sectores fundamentais da nossa economia.

Nas medidas dadas a conhecer no dia 15, pelo Governo Provisório, tem um lugar de destaque a expropriação das propriedades de sequeiro, superiores a 500 hectares e de regadio superiores a 50 hectares, como passo essencial para a Reforma Agrária.

A complexidade dos problemas sociais na agricultura, o seu atraso milenário, a diversidade de situações quanto às explorações, à renda, e à propriedade agrícola no Sul e no Norte, exigem uma política de estreita colabo-

ração entre as futuras cooperativas de assalariados rurais e pequenos e médios agricultores e o Estado. Não são fáceis as tarefas da reconversão da agricultura do minifúndio e do latifúndio para formas novas, cooperativas, que assegurem aos camponeses condições mais favoráveis de posse e exploração da terra e também um nível de vida decente para os que dela vivem e a trabalham.

Problemas de créditos e ajuda técnica e agronómica, de circuitos comerciais e de preços, entre outros, são condições imprescindíveis para fazer progredir estas novas formas de exploração da terra.

Mas tudo falhará se os camponeses não se puserem diligentemente ao trabalho, se os mais esclarecidos não ajudarem a criar nos campos de Portugal uma mentalidade nova, de entreatajuda, de colectivismo indispensáveis para fazer frutificar as experiências de um novo sistema de vida e de exploração da terra, que não interessa só aos camponeses mas a todo o nosso povo.

Uma atitude nova na frente do trabalho é, aliás, indispensável não somente nos campos mas em toda a actividade produtiva, em particular, nos sectores agora nacionalizados ou em vias de nacionalização. A classe operária portuguesa, que foi a força principal que lutou durante décadas para as transformações sociais agora iniciadas, assume uma responsabilidade particular nesta nova fase do processo revolucionário.

É preciso e urgente reforçar a ampla frente dos trabalhadores não só contra a exploração dos monopólios e pela liquidação do seu domínio de classe como contra os aventureiros pseudo-revolucionários que se preparam para criar um clima de conflitos sociais, perturbadores do acto eleitoral que se aproxima.

A reacção não desarmou e, agora acossada nos seus redutos de classe pelas novas medidas antimonopolistas do Governo Provisório, é natural que ponha em jogo os seus peões da ultra-esquerda e da ultradireita para impedir a evolução normal do processo revolucionário.

A vigilância dos trabalhadores e das massas populares contra todos os maneios que tendam a prejudicar a marcha da revolução democrática a caminho do socialismo é indispensável ao sucesso das medidas revolucionárias agora promulgadas.

Os divisionistas do povo devem ser isolados, os provocadores devem ser neutralizados e postos em condições de não prejudicar a marcha da revolução.

O programa nacional de emprego, a elevação do salário mínimo dos trabalhadores e o congelamento dos preços de alguns produtos de primeira necessidade aliviarão as difíceis condições de vida de milhares de trabalhadores. Os que demagogicamente estão atirando com reivindicações irrealistas e incompensáveis para a estreiteza da economia nacional, aproveitando-se de uma situação difícil dos trabalhadores mais mal remunerados, devem encontrar pela frente a acção esclarecida dos trabalhadores das fábricas, dos campos, dos escritórios, porque hoje não é um governo reaccionário, inimigo do povo, que está à frente do País.

Na sua grande maioria os governantes actuais são homens sinceramente devotados à causa da liberdade, da independência e do bem-estar do seu povo e dele é justo que recebam uma colaboração activa na solução dos graves e complexos problemas do País.

Da forma como todos sabemos compreender e resolver as tarefas actuais da revolução democrática — uma revolução democrática que tem a dirigi-la o grande exército dos trabalhadores das fábricas e dos campos e de militares que se decidiram pela opção socialista, pela opção do socialismo científico — dependerá o encurtamento do prazo transitório que nos conduzirá a esse novo estágio que representa a aspiração mais querida da classe operária, de todos os trabalhadores e homens progressistas, fardados ou não fardados, do nosso povo — o socialismo.

Rasga-se
um novo caminho
ao futuro
do nosso Povo

UMA CAMPANHA ELEITORAL DE MASSAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

- Grande festa popular em Lisboa: iniciativa inédita do PCP em que participaram centenas de milhar de trabalhadores
- Entusiásticas sessões e comícios por todo o País, nomeadamente em Chaves, Viana do Castelo, Viseu e Covilhã, onde esteve presente o camarada Álvaro Cunhal

Com o aproximar da data das eleições, intensifica-se a campanha do nosso Partido, desde o primeiro dia, caracterizada por uma ampla e cada vez maior influência das massas populares às nossas sessões e comícios, às nossas iniciativas. Estas, por sua vez, diversificam-se — e surgem as grandes festas populares, as caravanas automóveis de esclarecimento, as reuniões culturais e de convívio. Mas, no fundo, trata-se apenas do incrementar de um conjunto de actividades que vêm desde o 25 de Abril, sempre com um mesmo objectivo: esclarecer, organizar e mobilizar o povo para a construção de uma democracia em que as liberdades se conjugarão com as transformações sociais; uma democracia que — porque o povo assim o quer — irá a caminho do socialismo. E o avanço neste sentido é já irreversível, como bem o prova o grande reforço do movimento popular, a que as últimas medidas históricas do Governo Provisório, e as que estão previstas, fornecem a necessária correspondência.

Sem exagero se pode afirmar que a Grande Festa Popular organizada pelo nosso Partido no passado domingo foi a maior e das mais entusiásticas realizadas nos últimos anos em Lisboa. Tornase quase impossível um cálculo preciso das muitas dezenas e dezenas de milhares de pessoas que acorreram à zona de Belém a fim de participar nesta grandiosa jornada popular; mas não foram certamente menos de trezentos mil todos aqueles, militantes e amigos do nosso Partido, que desde manhã até alta noite viveram em comum tão magníficas horas de amizade, de confraternização — de convívio comunista.

As diversas actividades programadas, e outras resultantes da inspiração do momento e que ninguém previa, desenvolveram-se sem interrupção e simultaneamente em diferentes locais, desde o amplo relvado fronteiro à Torre de Belém até às instalações do Mercado da Primavera, a quase um quilómetro de distância. E tornava-se um desejo impossível de realizar alguém tentar assistir e participar em todas as iniciativas que porventura lhe interessassem.

Foi uma festa em que não faltou nada. Houve, evidentemente, o calor e a vibração, o entusiasmo dos comunistas que montaram e viveram a festa popular como só eles o poderiam fazer — porque eles são o próprio povo. Houve também, do primeiro ao último minuto, a conciliação perfeita entre a alegria e simplicidade das horas de convívio e a consciência de que se tratava de uma festa comunista

num momento de particular importância política da vida nacional.

Foi por isso que às actividades de pura diversão — que nunca foi uma diversão vazia de sentido — se juntaram as iniciativas de alto significado cultural e político. As festas comunistas são assim, porque os comunistas e o seu Partido, o glorioso Partido Comunista Português, constroem o seu dia a dia num único projecto, do qual nunca se desviaram nem desviarão: a conquista para os portugueses da paz, da felicidade, de uma verdadeira democracia que abra o caminho para o socialismo.

As crianças não foram esquecidas

A Grande Festa Popular, que foi uma iniciativa do Sector Intelectual do nosso Partido, começou às dez horas, altura em que já muitos milhares de pessoas começavam a convergir para as zonas vizinhas à Torre de Belém. Pouco depois, uma imponente largada de balões fornecia a primeira nota espectacular deste domingo comunista — todo ele um imponente espectáculo.

E toda a manhã deste dia inesquecível, iluminado por um sol esplendoroso, foi exclusivamente dedicada às crianças, presentes aos milhares. Espalhada aos grupos pelos amplos relvados, a miudagem participou em provas desportivas e jogos infantis, assistiu a peças de teatro a elas especialmente dedicadas, ou simplesmente brincou, com a alegria e a espontaneidade que lhes são próprias. Depois houve um grande

piquenique infantil animado pelo Conjunto Introito e Ermelinda Duarte, e durante a tarde mais teatro palhaços, ilusionismo, a actuação de um coro de «pioneiros» dirigido por Francine Benoit. Num recinto devidamente preparado havia papel e lápis à disposição dos mais novos, que assim puderam dar largas à sua inspiração criadora, incentivados pelos momentos de alegre e sadio convívio que estavam a viver.

Presença do «Avante!»

As crianças não foram esquecidas. Mas os adultos também não. Multiplicaram-se as iniciativas merecedoras da atenção de todos, desde as canções e variedades, ao comício político realizado já ao fim da tarde, passando ao cinema e pelo teatro, a música erudita e as bandas, a leitura de poemas e o grande baile popular que encerraria a festa.

Simultaneamente, pequenos e grandes grupos, de gente jovem e outra menos jovem, dispersos pelos relvados, entoavam canções, improvisavam quadras, declamavam poemas, naquele ambiente de confraternização e fraternidade que caracterizou este inolvidável domingo popular e comunista.

O «Avante!» foi uma das atracções principais, quer através da sua edição especial a cores, ilustrativa dos quase doze meses de actividade do nosso Partido desde o 25 de Abril, quer através da exposição de numerosas edições, muitas delas do tempo da clandestinidade, testemunho bem eloquente do que foram os últimos cinquenta e

quatro anos de luta dos comunistas pela libertação do Povo Português.

Motivo especial de interesse residu na reconstituição, exposta no salão do Mercado da Primavera, de uma tipografia clandestina do Partido, montada com todos os seus pormenores. Milhares de pessoas puderam assim ver com os seus próprios olhos uma daquelas pequenas oficinas de onde, durante quase meio século, à custa de tantos e tantos sacrifícios dos nossos militantes — e às vezes da própria vida — saíram milhares de tarjetas, proclamações, opúsculos, jornais, papel impresso que foi uma das alavancas decisivas para o desenvolvimento da actividade do nosso Partido e da luta popular contra a ditadura.

Cultura e povo

As actividades culturais ocuparam, naturalmente, lugar de destaque. A presença do livro ficou assinalada com a exposição e a venda de centenas de obras de autores marxistas, portugueses e estrangeiros. Exposto nas bancas, aberto à curiosidade dos que sabem, que sem cultura não pode haver verdadeira revolução, o livro aproximou-se do povo.

As representações teatrais, em dois palcos improvisados em cada um dos topos do relvado fronteiro à Torre de Belém, preencheram grande parte da tarde, constituindo um dos motivos de maior interesse da festa. Assim como o cinema, através da exibição, em sessões contínuas, de um filme de cerca de uma hora sobre o grande comício realizado pelo nosso Partido no Estádio 1.º de Maio.

No capítulo da música houve de tudo um pouco, desde as bandas e as canções e baladas até ao Coro da Academia dos Amadores de Música, dirigido por Lopes Graça, à Orquestra Sinfónica Popular, ao Grupo de Música Contemporânea, dirigido por Jorge Peixinho, às canções de Brecht cantadas por Fernando Serafim.

Mas a música não foi só aquela que se ouviu, foi também, e porventura principalmente, aquela que se cantou, em pequenos e grandes grupos, em coros improvisados, um pouco por toda a parte. Com maior ou menor desafinação, o «Avante, Camarada»



Foi assim na Covilhã...

e a «Grândola, Vila Morena», entoados pelas vozes populares, ganhavam a dimensão do grito de liberdade, de firmeza e determinação que os comunistas e o Povo Português têm feito seu desde 25 de Abril — e no domingo mais uma vez se confirmou. Foi assim a grande festa de domingo: alegria e fraternidade, entusiasmo e vibração, pés bem fincados no presente, confiança inabalável no futuro. Bem se pode dizer que os militantes comunistas, tanto nas horas de luta como nas de confraternização, sabem ser dignos e fiéis a si próprios — dignos do povo e fiéis ao povo a que pertencem e de que fazem parte integrante, desse Povo Português que com os comunistas se libertou do fascismo e com os comunistas construirá o socialismo.

Vencendo o medo e a reacção

Também nos ninhos tradicionais da reacção, o nosso Partido se começa a afirmar como uma grande força reconhecida e implantada nas massas populares. Esta a conclusão de quantos assistiram aos comícios, realizados no passado domingo, em Viana do Castelo e em Chaves, nos quais participou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido. Milhares de pessoas acorreram a ouvir a voz do nosso Partido, através da qual vislumbram um futuro sem exploração, sem castigos, sem parasitas e sem terror. Mais uma vez, ali, em terras onde a reacção joga desesperadamente a manutenção dos seus privilégios, foram clarificadas as razões por que as forças contra-revolucionárias atacam o nosso Partido, desenvolvendo uma histórica campanha anticomunista, que teria aspectos verdadeiramente irrisórios se não revelasse o trágico obscurantismo em que se encontra o povo, ainda em muitos pontos do País. No entanto, essa campanha anticomunista não é um índice da força da reacção, mas, pelo contrário, o testemunho da sua fraqueza, do temor que lhes provoca o nosso Partido, porque ele é a vanguarda da classe operária e o Partido da esperança e certeza de cada vez mais vastas camadas da população.

O desmantelamento desta tremenda campanha anticomunista constituiu tema abordado por todos os oradores, denunciando-se os actos de

vandalismo de que são vítimas os nossos camaradas que arriscam a vida tentando levar, às mais remotas aldeias, o esclarecimento da política do nosso Partido. Focado, com relevo, o facto do ambiente criado pelos sectores da reacção, nestas terras, não proporcionar qualquer confiança no resultado das eleições, pois o clima de liberdade é substituído pelo clima da calúnia e da violência. Porém, como salientou a camarada Maria Luísa Costa Dias: **Homens e mulheres do nosso povo, cujos problemas temos procurado conhecer, como é nossa obrigação, com quem temos falado sobre aquilo que os preocupa, a quem explicamos como o Partido Comunista Português vai ao encontro dos seus problemas, esses homens e mulheres vencendo o medo com que a reacção e os caciques locais os infectam contra os comunistas, ouvem-nos de coração aberto.**

O camarada Álvaro Cunhal, analisando a campanha anticomunista, referiu o modo como certos partidos, que a si próprios se intitulam de democráticos e que se sentam à mesa com os comunistas, fazem coro com a mesma campanha. As liberdades fundamentais que não podem ser concedidas a quantos procuram a sua liquidação, foi outro dos temas abordados pelo camarada Álvaro Cunhal,

que se debruçou também sobre o problema da reforma agrária e da sua especificidade em função das zonas do País.

A reforma agrária foi igualmente analisada pelo nosso camarada Álvaro Cunhal no comício realizado em Chaves, no qual participaram cerca de três mil pessoas. Da intervenção do secretário-geral do nosso Partido, constou ainda uma profunda retrospectiva sobre o processo político português desde o golpe Palma Carlos à intenção de 11 de Março, e a denúncia vigorosa da campanha anticomunista que se exprime, amiúde, pelo boicote a sessões do nosso Partido, campanha na qual participa um conhecido partido da coligação que se diz popular e democrático.

Outros camaradas intervenientes debruçaram-se sobre problemas sindicais, sobre a religião e a posição do nosso Partido relativamente à sua prática, sobre questões de ensino e de saúde. A semente de esclarecimento lançada por estes comícios, realizados nos distritos de Viana do Castelo e de Vila Real, não deixará de germinar e dela resultarão bons frutos. Nesse sentido trabalham, incansavelmente, os camaradas das organizações locais, e o seu trabalho, conduzido com firmeza e pacientemente, atrai cada vez mais trabalhadores, que

vão compreendendo, com clareza, onde se escondem os seus inimigos. Esta a melhor resposta à reacção. Este o sinal da sua derrota.

Entusiasmo e confiança

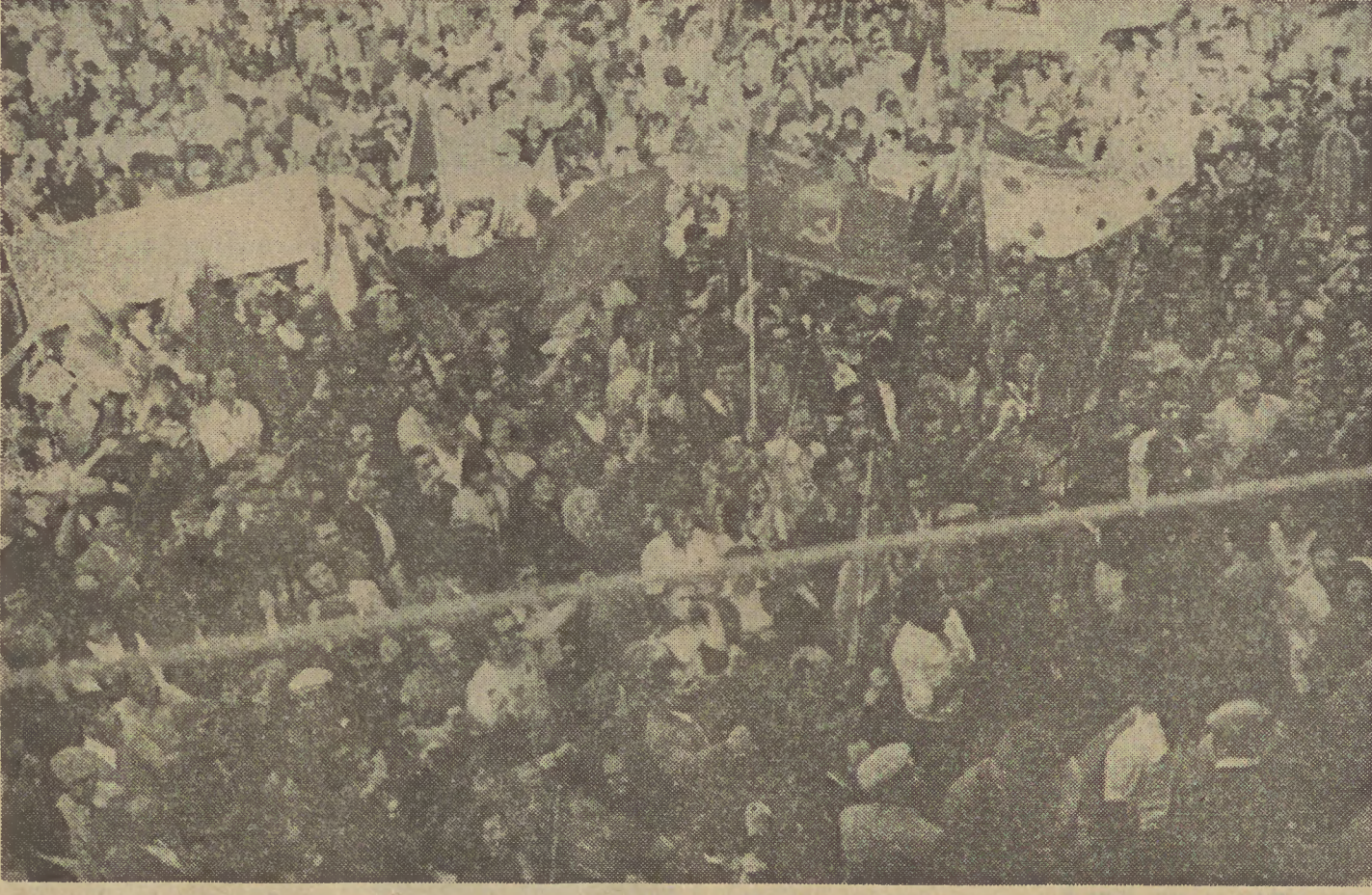
Entusiasmo, alegria e confiança foram a nota dominante do grandioso comício do nosso Partido realizado no passado domingo, na Covilhã, com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

Numerosos cartazes assinavam a presença de delegações de todos os pontos do distrito, de células de empresas, da UJC e da UEC.

Impacientemente esperado, o camarada Álvaro Cunhal só conseguiu chegar à Covilhã depois das 23 horas, pois que fora «obrigado» a parar no Tortosendo — vila «vermelha» a poucos quilómetros daquela cidade — onde cerca de 2000 populares aguardavam a sua passagem para lhe testemunhar o apoio ao PCP e carinhosamente o saudarem em nome do povo de Tortosendo.

Neste comício participaram ainda os camaradas José Alberto Agostinho, candidato; Adriano Jorge, da UEC; Judite Fitas, candidata; Licínio de Carvalho, da UJC; Mário Cabrito, candidato; Manuel Pedro, candidato, e também

CONT. NA PAG. SEGUINTE



...e também no Barreiro

INTERVENÇÕES DO PCP NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Data	Emissora Nacional	Rádio Clube Port.	R. Renascença	RTP
17			10,00 - 10,10	13,25 - 13,30 20,40 - 20,50
18		22,30 - 22,40 23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	23,00 - 23,10	
19	20,20 - 20,30	23,10 - 23,20	10,00 - 10,10 10,20 - 10,30 22,30 - 22,50 23,00 - 23,10	
20	19,10 - 19,20 22,20 - 22,30			
21		14,40 - 14,50 22,50 - 23,00		
22	19,10 - 19,20 19,30 - 19,40	14,30 - 14,40 22,50 - 23,00	23,20 - 23,30 23,50 - 24,00	20,50 - 21,00
23		14,40 - 14,50 23,50 - 24,00		



Milhares de pessoas em Viseu



Hoje

AVEIRO

Pelagosa (Oliveira do Bairro), às 21 e 30, na Escola Primária.
Ponte de Angeio (Vagos), às 21 e 30, na Escola Primária.
Pindelo (Oliveira de Azeméis), às 21 e 30, na Escola Primária.
Santiago (Aveiro), às 21 e 30, na Escola do Ciclo Preparatório.
Silvã (Mealhada), às 21 e 30, no Salão Particular.
Fontainhas (S. João da Madeira), às 21 horas, na Escola.
Maceda de Alcoba (Águeda), às 21 e 30, na Escola Primária.
Albergaria das Cabras (Arouca), às 21 e 30, na Escola Primária.
Pinheiro Menso (Vale de Cambra), às 17 e 30, na Escola Primária.
Pedrido (Castelo de Paiva), às 21 e 30, no Salão Paroquial.
Paços de Brandão (Feira), às 21 e 30, no Cinema.
Albergaria-a-Velha, às 21 e 30, Comício, no Salão dos Bombeiros.

BEJA

Quintos, às 21 e 30.
Beringel, às 21 e 30, com o candidato João Honrado.
Albergaria dos Fugos, às 21 e 30.

BRAGA

Brega — S. Mamede/Bela Vista, às 21 e 30, na Escola.
Vila Verde — Couceiro/Lenhãs, Pico S. Vicente Ponte, às 21 e 30.
Guimarães — Urgeses, às 21 e 30, na Escola.
Guimarães — Conde, às 21 e 30, na Escola.
Bercelos — Galegos — St.ª Maria, às 21 e 30, na Escola.
Espinho — Antas, às 21 e 30, na Escola.
Braga — Celoriz, às 21 e 30, na Escola.
Póvoa do Lanhoso, Comício, às 21 e 30, no Salão dos Bombeiros.
Amares, Comício, às 21 e 30.

CASTELO BRANCO

Cumedeira, às 21 horas.
Mantorinho, às 21 e 30.
Paul, às 21 horas.
Aldeia do Souto, às 21 horas.
Penais, às 21 e 30, na Escola Primária.
Alcains, às 21 horas, sessão de esclarecimento sindical, na Casa do Povo.

COIMBRA

Coimbra, às 18 horas, Mini-Comício, na Sociedade da Porcelana, com a presença dos candidatos Vítor Martins Moreira e José Augusto Marques.
Securios (Argemil), às 21 e 30.
Corticeiro de Cima (Febres), às 21 e 30.
Casal (Condeixa), às 21 e 30.
Cova de Lavos (Figueira da Foz), às 21 e 30.
Vila Nova de Ceira (Góis), às 21 e 30.
Gândara (Lousã), às 21 e 30.
Vidua (Miranda), às 21 e 30.
Noqueira do Cravo (Oliveira do Hospital), às 21 e 30.
Dornelas do Zêzere (Pampilhosa), às 21 e 30.
Barroagem de Aguiar (Penacova), às 21 e 30, sessão com a presença do candidato Manuel Baptista Pires da Rocha.
Degracia (Soure), às 21 e 30.
Meda de Mouros (Tábua), às 21 e 30.
Casal da Misericórdia (Coimbrã), às 21 e 30.
Troxemil (Coimbrã), às 21 e 30, sessão com a presença do candidato Carlos Campelo.
Taveiro (Coimbrã), às 21 e 30, sessão com a presença dos candidatos Maria Isabel Sabrosa e Carlos Luís Figueira.

ÉVORA

Partela, às 21 e 30.
Senhora da Saúde, às 21 e 30.
Senhora da Glória, às 21 e 30.
Évora — Bairro Frei Aleixo, às 21 e 30.
Évora — Bairro da Comenda, às 21 e 30.
Évora — Bairro de Santa Catarina, às 21 e 30.
Évora — Bairro do Delybe, às 21 e 30.
Évora — Bairro Sr.ª do Carmo, às 21 e 30.
Évora — Bairro Catarina Eufémia, às 21 e 30.
Évora — Bairro de Almeirim, às 21 e 30.
Nora, às 21 e 30.

FARO

Mouraria, às 21 horas, na escola primária.
Bela Vista, às 21 horas, no armazém.
Estação de Silves, às 21 horas.
Raposinha, às 21 e 30.
Portimão, às 21 e 30, na Sociedade Boa Esperança.
Monchique, às 21 e 30, no cinema.
Querença, às 21 e 30.
Barão de S. João, às 21 e 30.
S. Luís, às 21 e 30, na Carris.
Bom José, às 21 e 30, na sociedade.
Albufeira, às 21 e 30, no Cinema Pan.

LEIRIA

Albergaria (Marinha Grande), às 21 e 30.
Chão de Couce (Ancião), às 21 e 30, na Associação de Cultura e Recreio.
Adeu-Francos (Caldas), às 21 e 30, na Casa da Música.
Montes (Alcobaça), às 21 e 30, na Associação Recreativa.
Cortes (Leiria), às 21 e 30, no Salão Paroquial.

LISBOA

Queluz, às 21 e 30, Comício, no Salão dos Bombeiros, com a presença dos candidatos Urbano Tavares Rodrigues, Manuel dos Reis Rafael e Maria Alida Pinheiro.
Póvoa de St.ª Iria, às 21 horas, Comício, no barracão, com a presença dos candidatos Ivone Dias Lourenço, José da Silva e João Paulo Guerra.
Casais Marmoleira (Alenquer), às 21 e 30.
Virtudes (Azambuja), às 21 horas.
Alcabideche (Cascais), às 21 e 30, nos Bombeiros.
Sassoeira (Cascais), às 21 e 30, na coletividade.
Paredes (Cascais), às 21 e 30, na Sociedade Musical União Paradenosa.
Lisboa, às 17 e 30, na Carris (Arco do Cego).
Lisboa, no Instituto Superior de Economia (Rua do Quelhas), com a presença dos candidatos Zita Seabra e Albano Nunes.
Lisboa (Pedrouços), na Doca Pasco.
Lisboa, às 18 horas, na Empresa Baptista Russo.
Lisboa, às 21 e 30, no Sporting Clube Rio Seco (Rua Silva Porto, 22).
Lisboa, às 21 e 30, no Serviço de Saúde.
Lisboa, às 17 e 30, na Direcção-Geral das Construções Escolares.
Lisboa, às 17 e 30, na Companhia Portuguesa de Electricidade (Avenida Infante Santo, 15).

SESSÕES
E
COMÍCIOS

Lisboa, às 21 e 30, no Clube Recreativo Ameixoeirense (Rua Direita, 8 — Ameixoeira).
Sacavém (Loures), às 18 e 15, na Fábrica de Louças de Sacavém.
Sacavém (Loures), às 18 e 15, na Fábrica Dyrup.
Santa Iria d'Azóis, às 18 horas, na Corame.
Loures, às 21 horas, no Clube-Barro «Os Samaritanos».
Odivelas (Loures), às 18 e 30, no Centro Social da Paiz.
Odivelas (Loures), às 18 e 30, no Recauchutagem Triunfo.
Atouguia (Loures), às 21 e 30.
Seixal (Lourinhã), às 21 e 30.
Carvalhal (Mafra), às 21 horas, nos Chaleiros.
Amadora (Oeiras), às 18 e 30, na Empresa Pereira & Brito.
Alfragide (Loures), às 21 e 30, no seminário.
Cruz-Quebrada (Oeiras), às 18 e 15, na Lusálite (Avenida Ferreira Godinho).
Oeiras, às 21 e 30, na Escola Preparatória Conde Oeiras.
Venda Nova (Oeiras), às 21 e 30, na Sociedade Recreios.
Lopos (Oeiras), às 21 e 30, na escola primária.
Varetojo (Torres Vedras), às 21 e 30.
Carvalhal (Torres Vedras), às 21 horas.
Vila Franca de Xira, às 18 horas, na Fábrica de Descasque de Arroz.
Vila Franca de Xira, às 18 e 30, na Atrel-Cipan (fábrica da Castanheira).
Vialonga (Vila Franca de Xira), às 21 horas, na Granja — Sociedade Recreativa.
Alverca (Vila Franca de Xira), às 18 horas, na Macol.

PORTALEGRE

Vila Nova (Portalegre), às 21 horas.
Moiros (Arronches), às 21 horas.
Cano (Sourel), às 21 horas.
Campo Maior, às 21 horas.

PORTO

Abóim (Amarante), às 21 horas, na escola primária.
Vila Garcia (Amarante), às 21 horas, na escola primária.
Maceda (Vila do Conde), às 21 e 30, na escola primária.
Retorta (Vila do Conde), às 21 e 30, na escola primária.
Arreigado (Paços de Ferreira), às 21 horas, na escola primária.
Caldas (Lousada), às 21 horas, na escola primária.
S. Mamede de Negrelos (Santo Tirso), às 21 e 30, na escola primária.
Roriz (Santo Tirso), às 21 e 30, na escola primária.
Póvoa de Varzim, às 18, na escola do Azuleiro.
Argival (Póvoa de Varzim), às 21 e 30, na escola.
Campanhã (Porto), às 21 e 30, no Centro Social do Bairro João de Deus.
Massarelos (Porto), às 21 e 30, para o Núcleo Habitacional de Massarelos.
Porto, às 18 e 30, nas instalações da Empresa Oliveira Ferreirinha.
Lordelo (Porto), às 18, na Empresa Elma.
Massarelos (Porto), às 18, na Litografia Lusitana, à Rua Agramonte.
Porto, às 21 e 30, na Cooperativa do Povo Português para o Núcleo Habitacional do Paraiso.
S. Pedro da Cova (Gondomar), às 21 e 30, em Silveirinhos.
Valbom (Gondomar), às 21 e 30, na escola primária da Lagoa.
Custódias (Matosinhos), às 21 e 30, na Academia de Custódias.
Lever (Vila Nova de Gaia), às 21 e 30, na escola da Portelinha.
Seixeredo (Vila Nova de Gaia), às 21 e 30, na escola primária.
Avintes (Vila Nova de Gaia), às 21 e 30, no Clube de Avintes.
Matosinhos, às 18, na cantina dos trabalhadores da APDI.
Guifões (Matosinhos), às 21 e 30.
Guifões (Maia), às 21 e 30, na escola primária.
Penha Longa (Marco de Canavezes), às 21 e 30, na escola primária.
Porto, às 18 e 30, na Carris, para os trabalhadores dos STCT.
Toufose (Marco de Canavezes), às 21 e 30, na escola primária.
Porto, às 17 horas, no Instituto Industrial.
Serrinha (Felgueiras), às 21 e 30, na escola primária.
Porto, às 18 e 30, para os trabalhadores de TLP.
Porto, às 18 horas, no refeitório da Empresa Efácc.
Porto, às 21 e 30, para os trabalhadores da Saúde no pavilhão do Partido Comunista Português, à Rua Aníbal Cunha, 94.
S. Mamede de Infesta (Matosinhos), às 21 e 30, comício, no Cine S. Mamedes, estarão presentes os candidatos Dantes Ferreira, Carlos Albergaria, Joaquim Ribeiro e Virgínia Moura.

SANTARÉM

Louriceira, às 21 horas.
Paços Negros — Fazendas (Almeirim), às 21 horas.
Samora Correia (Benavente), às 21 e 30, no Cinema Samora.
Pontével (Cartaxo), às 21 horas, na Casa do Povo.
Chãos (Ferreira do Zêzere), às 21 horas, na escola.
Carvoeiro (Mação), às 21 horas, no salão paroquial.
Muge (Salvaterra de Magos), às 21 horas, na Casa do Povo.
Olivai (Vila Nova de Ourém), às 21 horas, na escola.
Riachos (Torres Novas), às 21 horas, na escola.
Gangarria (Alcanede), às 21 e 30.
A-Devagar (Açete), às 21 e 30.
Vale de Santarém, às 21 e 30, na Sociedade Recreativa Operária.

SETÚBAL

Torrão, às 21, esclarecimento na Soc. Rec. 1.ª Janeiro.
Feljô (Almada), às 21 e 30, no Clube Recreativo de Feljô.
Trafaria, às 21 e 30, no Barracão de S. Pedro.
Barreiro, às 21, no Grupo Desportivo Operário.
Barreiro, às 21, na União Desportiva de Vila Chã.
Palmela, às 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários de Vila Chã.
Seixal, às 21, na Escola da Torre da Marinha.
Seixal, às 21, no Clube de Campismo Luz e Vida.
Sesimbra, às 21, no Salão de Baile Pereira Marques.
Setúbal, às 21, no Capricho.
Azeitão (Setúbal), às 21, na Casa do Povo.
Aldeia da Tirana (Grândola), às 21.
Aldeia das Amoreiras (Grândola), às 21 horas.

VILA REAL

S. Mamede de Riba Tua, às 21 e 30, Comício.
Mezão Frio, às 21.
Faveiros, às 21 e 30, Comício, com a presença dos candidatos Margarida Tengarrinha, Maximino Cunha, Lourenço Ventura, Fernando Quintão, Manuel da Costa Leão e Virgílio Alves.

VISEU

Castelo (Moiimenta da Beira), às 21, na Escola Primária.
Santa Cema Dão, às 21 horas.
Ferreirinhas (Castro d'Aire), às 21, nos Bombeiros.
Serpa (S. Pedro do Sul), às 21, na Escola Primária.
Caldas (Viseu), às 21 e 30, na Escola Primária.
Figueiredo de Alva (S. Pedro do Sul), às 21, na Escola Primária.
Vila Chã de Sá (Viseu), às 20 e 30, na Escola Primária.
Avôes (Lamego), às 21, na Escola Primária.
S. Miguel de Vila Boa (São), às 21 e 30, na Escola Primária.
Freixo (Mangualde), às 21 e 30, na Escola Primária.

UMA CAMPANHA ELEITORAL DE MASSAS

CONT. DA PAG. ANTERIOR

representantes da Comissão Distrital, das Comissões Concelhias e das diversas células de empresa do PCP.

Mais de 10 000 pessoas saudaram o PCP no comício da Covilhã, cantaram em coro canções de luta e resistência, afirmaram a força e confiança das massas trabalhadoras na sua vanguarda organizada, no seu Partido — o Partido Comunista Português.

Empunhando inúmeras bandeiras vermelhas e cantando em coro o «Avante, Camarada», o povo de Viseu saudou a chegada do camarada Alvaro Cunhal ao comício realizado naquela cidade no passado domingo, no Pavilhão do Fontelo.

No comício participaram, além do secretário-geral do nosso Partido, os candidatos do PCP pelo distrito de Viseu — Sérgio Vilarigues, António Bica, Américo Costa e Sousa, Carlos Afonso de Paiva, Diamantino de Oliveira Henriques, Manuel Pereira Miguel, Carlos Aníbal Teles, Alfredo Campos, Maria Emília Martins e José Raul Dias, bem como representantes das diferentes organizações do Partido naquele distrito.

«Abaixo a reacção», «A vitória é difícil mas é nossa» e «Assim se vai a força do PC», foram algumas das palavras de ordem incansavelmente repetidas, numa afirmação incógnica da firme disposição do povo de Viseu em bater a reacção enfeudada naquele distrito, em contribuir com todas as suas forças para o avanço da democracia e do socialismo em Portugal.

A vigilância
dos trabalhadores

Houve quem assinasse a plataforma com o MFA com um estado de espírito comparável ao do condenado à força que não pode fazer outra coisa... mas sempre com esperança de se libertar do laço! Nestas condições, a classe operária tem de estar vigilante em relação a tais «companheiros de viagem», que aderem ao processo revolucionário com o objectivo de o torpedear a partir de dentro — declarou o camarada Jaime Serra durante o comício que se realizou em Alverca, nas instalações dos bombeiros voluntários, e ao qual assistiram cerca de duas mil pessoas.

Depois de ter afirmado que é preciso distinguir entre os partidos que assinaram a plataforma com o MFA sem reservas e os que assinaram por não terem outra saída no contexto político criado com a derrota da intencional reacção da UDC de Marco e o avanço do processo revo-

lucionário daí decorrente, o camarada Jaime Serra referiu-se ainda aos histéricos gritos alarmistas de certos dirigentes do PS quanto ao

qual encontrou defensores em forças tão estranhas como o PS, Spínola e o general Galvão de Melo.



A grande festa popular em Belém: horas inesquecíveis

lizada tempos atrás por dirigentes fascistas relativamente à influência e «infiltração» dos comunistas na vida política nacional.

Quanto às tarefas da classe operária na nova situação, afirmou que temos hoje nas nossas mãos, em aliança com o MFA, a grande tarefa da construção do Estado Democrático a caminho do socialismo, e acrescentou:

Nas novas condições, a contestação sistemática e as reivindicações imponderadas começam a ter um sinal reacçãoário. É necessário distinguir entre as justas reivindicações das camadas trabalhadoras mais desfavorecidas e as acções reivindicativas dos que e ainda querem mais.

Condenando depois a campanha da reacção internacional contra o processo revolucionário português, frisou que ao nosso lado estão as forças revolucionárias e progressistas do Mundo inteiro, embora salientando que a nossa revolução, sendo original, não nos identifica necessariamente com o chamado Tercer Mundo.

O comício foi presidido por Rosalina Pinto, membro da comissão concelhia de Vila Franca de Xira, e entrevistaram Vítor Gonçalves, da comissão de freguesia de Alverca, Emílio Paulo, das Oficinas Gerais do Material Aeronáutico, Vítor Lilaia, da UEC, Isidora Casquinha, das mulheres comunistas, Aníbal Domingos,

Também com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, realizou-se ao ar livre, na Costa de Caparica, um comício do nosso Partido, presidido por António Policarpo, e em que estiveram presentes José Amador, operário da Parry Son, Amor Gonçalves, da UEC, José Moraes, operário, e Arlindo Gonçalves, pescador.

Durante a sua intervenção, o camarada Jaime Serra analisou a situação política nacional, destacando depois os pontos fundamentais da proclamação eleitoral do nosso Partido, agora divulgado. Em seguida, vinco, o avanço do processo revolucionário, traduzido na institucionalização do MFA, com a criação do Conselho Superior da Revolução e a Assembleia do MFA, cuja composição social recentemente renovada elogiou.

Quinze mil pessoas
no Barreiro

Promovido pelo núcleo do nosso Partido, no Barreiro, decorreu no vasto recinto de jogos do Luso, um comício em que usaram da palavra alguns dos candidatos do nosso Partido pelo círculo de Setúbal, entre os quais Américo Leal, José Valente Reis, José Manuel Figueiredo, Dália Ferreira e António Dias Lourenço.

O comício, que se transformou numa enorme festa po-

Partido. Estavam também presentes delegações de Almada, Moita, Baixa da Banheira, Santo António da

Charneca, Lavradio e S. Lhos Grandes, esta última fazendo-se acompanhar de uma banda composta por militantes comunistas.

Ficou o comício um imponente cortejo desfilou pelas ruas do Barreiro em que se incorporaram milhares de pessoas, num ambiente de festa e de alegria.

O camarada Dias Lourenço que encorrou o comício, falado de improviso, como quase todos os outros oradores, afirmou a dada altura que aqueles que se assustam com os comunistas deviam por os olhos na forma como eles trabalham, unidos, pelo futuro do País. Salientou ainda que a presença de tantos comunistas era a homenagem do Partido à heroica vila do Barreiro que tanto tinha dado à história do Partido e à vivência revolucionária dos seus militantes.

A reacção não desiste

Mais de mil pessoas participaram em nove sessões de esclarecimento realizadas, no último fim-de-semana, no distrito de Viseu. A Comissão Distrital do nosso Partido de Viseu continua deste modo a sua árdua batalha de esclarecimento através das vilas, aldeias e lugares desta zona, também ela minada por forças reacçãoárias que utilizam a campanha anticomunista para afastar o povo do nosso Partido porque tem



Reconstituição de uma tipografia clandestina exposta em Belém

lucionário daí decorrente, o camarada Jaime Serra referiu-se ainda aos histéricos gritos alarmistas de certos dirigentes do PS quanto ao

CENTENÁRIO
DE LÊNINE

A Associação de Amizade Portugal-URSS promove no próximo sábado, às 21 e 30, na sua sede (Rua Garrett, 80, 4.ª-A), a propósito do aniversário do nascimento de Lénine, uma conferência sobre «Lénine e os problemas da cultura e da arte», que será proferida pelo conselheiro cultural da Embaixada Soviética em Lisboa, camarada Stepan Mamontov.

A conferência, a que assiste o embaixador, camarada Arnold Kalinine, seguir-se-á a um debate e um filme sobre Lénine.

UJC, Vítor Benite, Severiano Falcão e, ainda, o camarada Jaime Serra, como candidatos do nosso Partido pelo distrito de Lisboa.

Isidora Casquinha declarou na sua intervenção dedicada às mulheres que «o socialismo é a solução incontestável para a nossa libertação. É a única solução para alcançarmos uma vida feliz para nós e para os nossos filhos, para resolvermos todos os problemas que nos afligem. Nas fábricas, nas empresas, em todos os locais de trabalho, lado a lado com as nossas companheiras, lutemos por este objectivo comum».

Depois de Vítor Benite ter referido a grande aceitação do Partido Comunista entre os trabalhadores, falou Severiano Falcão, que exaltou as conquistas do 25 de Abril, criticando os partidos burgueses de fachada socialista que com objectivos puramente electorais, pretendem enganar a classe operária, referindo em particular o chamado «socialismo em liberdade», o

pular, juntou uma multidão de mais de quinze mil pessoas e muito antes da hora marcada já no recinto de jogos desfilavam numerosas delegações de células de trabalhadores comunistas de empresas da região desfilando as bandeiras do nosso



consciência de que a força da nossa organização e a linha política, desde sempre definida pelo PCP, correspondem às mais profundas aspirações das massas laboriosas do nosso país.

Em Abrunhosa-a-Velha, em Tendas, em Touro, em Pendilhe, em Beijós, em Minhas da Urgeirica e em Moçamedes, as populações participaram nas sessões do nosso Partido, tendo seguido atentamente as intervenções dos camaradas oradores e tendo correspondido, com muito interesse, nos períodos de diálogo. Tem a comum a todas as sessões foi o debate da questão religiosa a qual é utilizada pelas forças da reacção para, lançando calúnias e mentiras sobre a nossa posição relativamente ao culto da religião, descreditar o Partido junto das massas populares. Outro dos temas que suscitou uma

CONT. NA PAG. SEGUINTE

CONT. DA PAG. ANTERIOR

viva participação foi a questão da reforma agrária, a situação dos pequenos e médios agricultores e o movimento das cooperativas como instrumento de melhoria da vida nos campos, de desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, da economia nacional.

Mais uma vez os presentes nas diversas sessões de esclarecimento manifestaram uma grande curiosidade sobre a vida nos países socialistas acerca dos quais têm sido bombardeados pela reacção com histórias tão absurdas que se vão tornando inverossímeis.

Mas como a reacção está longe de ter como única arma a propaganda criminoso, não deixou de se observar uma tentativa de boicote à nossa sessão em Vila Moura. Dois elementos afectos ao PPD manifestaram-se ruidosamente, impedindo os nossos camaradas Diamantino Henriques, Travessa e Luzia Henriques de dar início à sessão. Como a assistência se manifestasse interessada, não colaborando com os provocadores, a sessão iniciou-se mesmo a propósito de frases lançadas por estes elementos e decorreu até final com vivo debate.

Promovidas este fim-de-semana pela Comissão Distrital do nosso Partido em Bragança, realizaram-se sessões de esclarecimento em Parâmio, Faide, Moimenta (lugares do concelho de Bragança), em Vilarinho do Monte (Macedo), Eucisla (Alfândega da Fé), Bairro da Coxa (bairro limítrofe da cidade), Bairro

cio, ainda que permanecessem atentas a todos os temas abordados, entre os quais se focou a história do nosso Partido, sua posição perante o problema da religião e da reforma agrária. Também no Bairro da Mãe de Água a reacção se pôs em movimento utilizando agentes da autoridade (policiais). Estes procuraram desviar os habitantes do bairro de assistirem à nossa sessão. No entanto, esta realizou-se com a participação de bastantes pessoas.

Em Montouto, aldeia completamente isolada, sem energia eléctrica, sem água canalizada nem estradas de acesso, a população participou na sessão, tendo-se mostrado ávida de esclarecimento político.

Abriu as populações dos locais mais remotos à participação na vida do nosso país é um objectivo porque trabalhamos. Outros preferem a caça ao voto por todos os meios. Porque não nos movem estes intentos, continuamos o nosso trabalho de esclarecimento, procurando abranger cada vez mais zonas, das que mais ardeadas se encontram da vida política.

A Comissão Distrital do nosso Partido em Bragança constitui um exemplo deste trabalho.

Convívios populares organizados no Norte pela UJC e UEC

Os Comunistas, a Criança e o Mundo, este o lema da grandiosa festa, realizada no Porto, no Palácio de Cristal, no passado domingo, por iniciativa da UJC e da UEC. Estas as palavras escritas



VOTA NO PCP POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO

VOTAR NO PCP É VOTAR PELO SOCIALISMO

Passou quase um ano desde o histórico 25 de Abril. As liberdades democráticas foram conquistadas, defendidas e consolidadas. A guerra colonial terminou. Os povos que estiveram durante séculos submetidos ao colonialismo português alcançaram a independência ou estão em vias de alcançá-la. Os trabalhadores obtiveram a satisfação de importantes reivindicações.

Sucessivas tentativas contra-revolucionárias (em Julho, em 28 de Setembro, em 11 de Março) foram derrotadas. O processo revolucionário prosseguiu e progrediu. A nacionalização da banca e dos seguros marca o início de uma nova fase da revolução. Inicia-se a liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários. Aponta-se a perspectiva da construção de uma democracia não apenas política, mas económica e social.

O PCP proclama: Porque o povo português o quer, o Portugal democrático irá a caminho do socialismo.

VOTAR NO PCP É VOTAR NA ALIANÇA POVO-MFA

A aliança Povo-MFA é o eixo político e a força motora da revolução portuguesa. Nem o MFA sem o Povo, nem o Povo sem o MFA poderiam assegurar a defesa das liberdades e a construção dum regime democrático.

O PCP defendeu sempre tenazmente o reforço do MFA e a aliança Povo-MFA. O PCP defendeu tenazmente a necessidade da continuação do MFA e da aliança Povo-MFA para além das eleições.

A dissolução do MFA tem sido um dos objectivos principais da reacção e de todos os que têm querido entrar o processo revolucionário. Se o MFA tivesse sido dissolvido, as liberdades teriam já sido abafadas e liquidadas. A aliança Povo-MFA expressou-se e expressa-se na convergência de acção e dos objectivos, no apoio e solidariedade recíproca, nos laços fraternais e industriais, na luta comum pela construção de um novo Portugal democrático.

A institucionalização do MFA, com a criação do Conselho da Revolução, corta de vez os projectos e planos de destruição da vanguarda revolucionária nas Forças Armadas, de recuperação das Forças Armadas para uma política conservadora, de aproveitamento de eleições para pôr em causa o processo revolucionário.

O Pacto firmado entre o MFA e os partidos políticos dificulta quaisquer conluios oportunistas em torno das eleições e assegura o prosseguimento de uma política democrática e de progresso social. Todos os partidos signatários ficam vinculados à obrigação de defenderem na Assembleia Constituinte não só a aliança Povo-MFA como princípio básico dos poderes de Estado por um período de 3 a 5 anos como a consagração das conquistas alcançadas ao longo do processo e a irreversibilidade do empenho do País «na via original para um socialismo português».

O PCP considera este pacto como uma grande vitória das forças da democracia e do progresso, como uma nova garantia do prosseguimento do processo revolucionário.

VOTAR NO PCP É VOTAR NA LIBERDADE

O PCP sempre lutou e continua lutando pela instauração de um regime democrático em que sejam reconhecidas as mais amplas liberdades: a liberdade de imprensa, a liberdade de partidos políticos, a liberdade de reunião, de manifestação e sindical, assim como o direito à greve.

O PCP sempre lutou e continua lutando para que sejam escrupulosamente respeitadas as crenças e práticas religiosas. É sinal desta posição do PCP o facto de, nas suas próprias fileiras, militarem católicos incluindo sacerdotes.

Nenhuma outra força política lutou mais pela liberdade ao longo de quase meio século de ditadura fascista. Na luta pela liberdade, milhares de comunistas sofreram perseguições, prisões, torturas, pesadas condenações. Numerosos comunistas foram assassinados pelos fascistas por terem lutado pela liberdade do povo no tempo do fascismo. Os candidatos do PCP à Assembleia Constituinte passaram mais de 400 anos nas prisões o que significa que, na luta pela liberdade para o povo português, os estes militantes sacrificaram no conjunto mais de 400 anos da sua própria liberdade.

O PCP luta e lutará para que no novo Portugal democrático gozem das mais amplas liberdades todos quantos queiram viver em liberdade e respeitar a liberdade.

Não basta porém instaurar o reconhecer as liberdades. É necessário defendê-las. A reacção tem sofrido sucessivas derrotas. Mas continua viva e actuante e conta com poderosos apoios externos. O PCP entende que a ninguém deve ser consentido utilizar as liberdades para procurar destruí-las. A ordem democrática deve ser respeitada. Sejam forças declaradamente fascistas e reaccionárias, sejam grupos esquerdistas que servem a reacção. Aqueles que violam a ordem democrática, aqueles que conspiram, aqueles que utilizam a violência contra o processo democrático em curso, devem ser responsabilizados e punidos. Isso é condição para que o povo português possa viver em liberdade e construir um regime democrático.

Os comunistas sabem bem, por experiência própria, o valor da liberdade. Lutaram por alcançá-la. Lutam e lutarão por defendê-la.

O povo português pode estar certo: os comunistas estão prontos a dar a vida se necessário em defesa das liberdades do povo português.

VOTAR NO PCP É VOTAR PELO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO PORTUGUÊS

O fascismo e o capitalismo monopolista deixam à jovem democracia portuguesa uma pesada herança. Com a sabotagem económica, com a exportação ilícita de milhões de contos, com a especulação e as fraudes, deixam uma economia atrasada, desorganizada, arruinada e envidiada.

Nesta situação, transformar a economia do capitalismo monopolista, que estava ao serviço dos grandes senhores do capital e da terra, numa nova economia ao serviço do povo português, numa nova economia donde será progressivamente excluída a exploração do homem pelo homem, é uma obra gigantesca que só poderá ser realizada com o trabalho criador, o entusiasmo e a fé revolucionária da classe operária, de todos os trabalhadores manuais e intelectuais, da juventude — do Povo e das Forças Armadas unidos na tarefa histórica e exaltante da construção de uma nova sociedade.

O melhoramento radical das condições de vida do povo português dependerá do aumento radical da produção. O PCP apela para a energia combativa, a abnegação e a confiança dos trabalhadores, a fim de defender a estabilidade económica, reanimar e estimular toda a produção nacional. O PCP está certo de que, já a partir de agora, na medida em que a economia se vai libertando do domínio do capital, na medida em que começa a trabalhar para o povo e o País, na medida em que se concretiza a perspectiva do socialismo, os trabalhadores estão dispostos a mais trabalho e a mais sacrifícios para assegurar a futura sociedade libertada da exploração, a futura sociedade em que todos os recursos, tudo quanto se produz, será para o bem-estar do povo português.

Mas não podem nem devem ser os trabalhadores a pagar todo o preço desta transformação. O maior preço deve ser pago pelos responsáveis, pelos parasitas da sociedade, por aqueles que nada fazem e a quem nada falta.

Não dando ouvidos a certas exigências demagógicas e irrealistas que não têm em conta a situação da economia nacional e das empresas, os trabalhadores devem continuar lutando contra os despedimentos, contra o agravamento das suas condições de vida, contra o aumento dos preços, por ajustamentos periódicos dos salários, pela revisão dos contratos colectivos, por novos benefícios sociais.

Recusando servir manobras da reacção e dos latifundiários, os camponeses os pequenos e muitos dos médios agricultores devem continuar reclamando medidas imediatas que respondam aos seus problemas. Uma vida melhor nos campos exige que paralelamente às medidas de fundo da reforma agrária se concretize rapidamente uma nova política de crédito e de seguros agrícolas, de preços e de mercados, de apoio técnico às explorações e de profunda reestruturação dos circuitos de comercialização dos produtos da terra, aliada à reconversão agrária necessariamente assente num associativismo inteiramente voluntário.

Não é só a classe operária e o campesinato que vivem em grandes dificuldades. Os empregados, o funcionalismo, os intelectuais, os pequenos comerciantes e industriais necessitam também de ver resolvidos graves problemas imediatos. Questões candentes como o desemprego, a habitação e a saúde precisam de ser rapidamente enfrentadas e progressivamente resolvidas.

É necessário reduzir os consumos, não os magros consumos dos trabalhadores, mas os consumos das classes parasitárias. Urge limitar os altos rendimentos e os altos consumos da grande burguesia parasitária e melhorar as condições de vida do povo trabalhador, a começar pelas camadas mais mal remuneradas.

VOTAR NO PCP É VOTAR NA AMIZADE COM TODOS OS POVOS

O derrubamento da ditadura fascista e a política de descolonização que se lhe seguiu reconciliaram Portugal com o Mundo. O nosso país ganhou um forte prestígio na cena internacional, normalizou relações suspensas, encontrou novas relações com países e povos de que há muito estava afastado.

O PCP defende o desenvolvimento das mais fortes relações de amizade, cooperação e interajuda entre o povo português e os povos das antigas colónias portuguesas, entre o Estado português e os novos Estados, na base da livre decisão, da completa igualdade, não intervenção nas questões internas e respeito pelos interesses mútuos.

O PCP manifesta a maior preocupação com os trágicos acontecimentos que se têm desenrolado em Angola e considera urgente fazer respeitar os acordos que garantem ao povo angolano poder decidir livremente do seu destino.

O PCP sempre lutou e luta por uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos do Mundo. O PCP sempre defendeu e defende uma política externa de coexistência pacífica entre estados com regimes sociais e políticos diferentes.

Uma política externa activa e consequente, inspirada nestes princípios e praticada com todos os países será uma forma de contrariar a hostilidade dos meios mais agressivos do imperialismo para com a jovem democracia portuguesa.

As condições presentes são favoráveis ao fortalecimento dos laços de amizade e à cooperação, em todos os domínios, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. O incremento das trocas comerciais e da cooperação económica com uns e outros reveste-se de grande importância para a estabilidade, desenvolvimento e independência da economia portuguesa.

O povo português não está só. Com ele estão os trabalhadores e as forças democráticas progressistas de todo o Mundo.

Uma política de paz e amizade com todos os povos permitirá ao povo português dedicar-se inteiramente à obra grandiosa do aproveitamento dos recursos do País e do desenvolvimento em todos os domínios da vida nacional, conduzirá ao estabelecimento de sólidas amizades e apoios indispensáveis à construção vitoriosa em Portugal de uma sociedade mais justa, mais próspera e mais feliz.

VOTAR NO PCP É VOTAR NO PARTIDO DO POVO

Em Portugal não é possível defender as liberdades e construir um regime democrático sem a activa participação do PCP em todo o processo revolucionário, a todos os níveis de intervenção política, incluindo no próprio Governo.

O PCP é o partido da classe operária, a vanguarda revolucionária dos trabalhadores, o partido caldeado ao longo de dezenas de anos de luta constante e abnegada, nas duras condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista. O PCP é o partido que sempre defendeu, que defende e que em quaisquer condições defenderá sempre os interesses dos trabalhadores, os interesses do povo português.

Votar no PCP é votar no partido do povo. É votar num partido criado, forjado, apoiado e defendido pelo próprio povo. É votar num partido cuja força e vitalidade revolucionárias traduzem as energias criadoras e invencíveis da classe operária e do povo trabalhador. É votar no partido que sempre tem seguido e prossegue uma política de unidade de todas as forças interessadas no processo revolucionário, a unidade de todo o povo português na construção de uma vida melhor.

O PCP pôs inteiramente ao serviço do povo e do País a sua actividade, a sua experiência, os seus militantes. São os povos que constroem a história. Cabe ao povo português decidir do seu próprio destino.

É com a classe operária e com as massas populares, é em aliança com o MFA que o PCP se propõe dar a sua activa contribuição para a construção dum Portugal democrático a caminho do Socialismo.

O processo revolucionário tornou-se irreversível. Com o PCP, reforçando a unidade do povo e a aliança Povo-MFA, avante para a vitória definitiva e final da democracia, a caminho do Socialismo.

11 de Abril de 1975.



No salão de exposição do Mercado da Primavera

da Mãe de Água (também bairro limítrofe da cidade) e Montouto (Vinhais).

Todas as sessões foram animadas por viva participação da assistência, com excepção da Faide, onde as pessoas dominadas pelo medo dos caciques não fizeram perguntas, conservando-se em silêncio.

CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DA EUROPA

Nos dias 8, 9 e 10 de Abril realizou-se em Berlim a 2.ª sessão do grupo de trabalho formado pela Comissão de Redacção quando do Encontro Preparatório dos Partidos Comunistas e Operários da Europa em Budapeste.

Participaram na reunião delegados de 20 partidos comunistas e operários da Europa. Num espírito democrático, os participantes na reunião prosseguiram a larga troca de opiniões e os trabalhos de redacção de um documento final destinado a ser submetido à Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, e concordaram sobre as próximas medidas a tomar.

Em representação do PCP interveio na reunião de Berlim o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central.

num gigantesco pano vermelho colocado na nave central do pavilhão que se deparavam às centenas de participantes na festa da juventude comunista. Símbolo do mundo novo, por cuja construção os comunistas continuam a sua luta de mais de meio século no nosso país, mundo que será usufruído pelas crianças de hoje, a festa do passado domingo constituiu um momento de fraternal convívio, de educação para a solidariedade entre os jovens portugueses.

Centenas de crianças viveram a alegria deste dia. Palhaços, filmes de Charlie Chaplin, rancho infantil de Moreira da Maia, desenhos colectivos, corridas de saco, foram algumas das diversões organizadas com o intuito de proporcionar às crianças uma tarde diferente, prefácio das condições que a infância usufruirá numa sociedade socialista, para a qual nos encaminhamos através de um grandioso trabalho colectivo.

Milhares de pessoas participaram também na festa organizada pela UJC, no passado domingo, em Guimarães, no Largo do Toural. Os camaradas Carlos Costa da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e Jorge Araújo, membro suplente do Comité Central, estiveram presentes na festa, tendo dirigido uma saudação ao povo de Guimarães, a qual foi vibrantemente acolhida.

As bandeiras do nosso Partido punham uma nota de cor no ambiente de saúdação que se viveu. Um grupo de cantores da UJC de Fafe entoou canções revolucionárias acompanhado em coro pela multidão. «Assim se vê a força do PC», foi o grito mais frequente, solto com entusiasmo; «slogan» que espelha uma realidade cada vez mais forte e enraizada nas massas populares.



«QUEREMOS A REFORMA AGRÁRIA!»

—tinham clamado em Beja vinte mil associados agrícolas

A reforma agrária estava na ordem do dia. Milhares e milhares de trabalhadores agrícolas manifestaram-se no último domingo em Beja para que o seu desejo se concretizasse o mais rapidamente possível, afastando deste modo as condições de desigualdade económica ainda existentes no Alentejo.

Convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, com o apoio do nosso Partido e outras organizações democráticas, a manifestação, que se realizou no Largo das Piscinas daquela cidade, congregou mais de 20 mil pessoas, na sua esmagadora maioria dos trabalhadores agrícolas de Beja e dos arredores. Respondendo ao apelo do seu Sindicato as classes trabalhadoras compareceram em massa para a Reforma Agrária e por um esquema único da Previdência.

Num domingo de sol a terra alentejana voltou a cobrir-se de vermelho. Em camións, em comboio, em tractores, em galeras, em carros de mulas, a cavalo, a pé ou de bicicleta os trabalhadores alentejanos convergiram para o local da manifestação, inundando a cidade de movimento e cor, com as bandeiras vermelhas que transportavam. Vieram de todos os concelhos e aldeias do distrito afirmar que a Reforma Agrária tinha de se fazer e rapidamente. E, como já o sabemos hoje, o seu apelo foi ouvido.

Foi um domingo de festa também, um domingo de festa comunista, pois no Alentejo quase todos os trabalhadores agrícolas sabiam que a Reforma Agrária, dando a terra a quem a trabalha, era inevitável dentro de pouco tempo. E também sabem que foi o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores e da Classe Operária, o único que sempre lutou por esse objectivo. E estarão dispostos a desmascarar todos aqueles partidos oportunistas que depois de realizada a Reforma Agrária, muitas vezes contra a sua vontade, não tenham vergonha de afirmar publicamente que também no seu programa constava essa medida e que foi sempre essa a sua intenção, como aliás já sucedeu em relação à nacionalização da banca privada e dos seguros. Mas os trabalhadores agrícolas alentejanos sabem distinguir os oportunistas dos verdadeiros defensores dos trabalhadores, como sucedeu durante a manifestação, quando foi referido que uma onda de boatos atribuía a convocação da manifestação ao Partido Socialista, gritando a multidão de imediato e em uníssono: «Inveja! Abaixo a reacção!»

A mesa que presidiu à manifestação-cumício era constituída pela direcção do Sindicato, o governador civil do distrito, os comandantes do Regimento de Infantaria 3, da GNR, da PSP e da Base Aérea n.º 11, o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal e representantes do MFA e da Inter-sindical.

Foi um dirigente do Sindicato, Francisco Baptista da Silva, que usou em primeiro lugar da palavra, criticando o actual sistema da Previdência e a sabotagem dos grandes agrários, aqueles que sem pre viveram à custa do nosso suor e do nosso trabalho.

As tentativas da reacção

Depois de António Machado, membro da Inter-sindical, ter recordado que a simples expropriação dos latifúndios não resolverá o curto prazo todos os problemas da nossa agricultura e que outras

medidas teriam de ser tomadas, falou Manuel Godinho Tagarros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, que depois de ter frisado que a convocação da manifestação era da responsabilidade do Sindicato e de ter aludido às lutas vitoriosas que os trabalhadores têm travado contra os latifundiários e ao significado das experiências em curso no Monte do Outeiro, nas Donas Marias e na Corte Condença, o orador denunciou algumas manobras que se tramavam, afirmando:

Nós estamos a assistir a algumas tentativas de formação de cooperativas por parte dos latifundiários que não são mais do que empresas capitalistas onde os trabalhadores se verão envolvidos com o aliciante de alguma percentagem nos lucros. Mas nós não estamos interessados em perpetuar o sistema capitalista. Essa é a intenção dos patrões para continuarem a encher os bolsos à custa do nosso trabalho. E aqui é significativo referir-se que são precisamente aqueles agrários que inicialmente maior resistência ofereceram à colocação dos trabalhadores que estão agora a oferecer, de mão beijada, a casa de banana onde todos caírem se não estivermos conscientes e vigilantes.

E concluiu: Queremos a Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha. Queremos a Reforma Agrária para acabar com o desemprego, a fome e a exploração nos campos e para podermos produzir mais no interesse de todo o nosso povo e do nosso País.

Interrompido constantemente por vivas ao MFA, falou a seguir o tenente Manuel Coelho, do Regimento

de Infantaria n.º 3, que evocou as lutas do passado e prestou homenagem a Catarina Eufémia como símbolo do heroísmo dos camponeses sem terra do Alentejo. Por último falou o governador civil do distrito, Francisco Brissos Carvalho, salientando a importância da unidade dos trabalhadores e alertando para o comportamento divisionista de certos partidos.

Lida por Francisco Baptista foi aprovada por aclamação uma moção em que eram expressos os anseios mais sentidos dos trabalhadores alentejanos, a qual considera que:

1.º — Sejam expropriados os grandes latifúndios sem qualquer indemnização e que seja concedido apoio estatal, técnico e financeiro às comissões de gestão de trabalhadores, no sentido de um melhor aproveitamento das terras em vista ao desenvolvimento da produção agrícola e pecuária.

2.º — Hája um esquema único e geral da Previdência para os trabalhadores agrícolas.

3.º — Seja o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja a dirigir as Casas do Povo do Distrito, utilizando as instalações das mesmas para Centros de Assistência Médica e Previdência, Culturais, Desportivos e Recreativos.

Uma das medidas agora tomadas assume particular importância para a revitalização do sector agrícola e vem satisfazer uma velha aspiração da população trabalhadora desta região. Referi-mo-nos à expropriação de perímetros de regadio que excedam 50 hectares e à expropriação de terras de sequeiro que excedam 500 hectares, limites agora fixados para estes tipos de propriedades.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

NACIONALIZAÇÃO DOS SUBSOLOS

—proposta aprovada pelos 1500 participantes no I Encontro dos Trabalhadores de Mármore e Granitos do Alentejo

Tendo em conta que os trabalhadores em dia contribuíram para a situação económica em que se encontra a indústria de extracção de mármore e granitos, pois sempre trabalharam honesta e duramente, apesar de receberem salários muito baixos, não poderão pois serem eles as principais vítimas da situação.

Com este preâmbulo se iniciam as conclusões do 1.º Encontro dos Trabalhadores dos Mármore e Granitos do Alentejo, promovido pelo nosso Partido, no passado dia 13, em Évora, distrito de Évora. Participaram nos trabalhos 1500 trabalhadores, na sua quase totalidade trabalhadores das pedreiras. Este número é um índice esclarecedor da mobilização desencadeada em torno do encontro, pois o número de trabalhadores desta indústria no distrito de Évora cifra-se em cerca de 3000.

A crise que afectava já a indústria de mármore tem vindo a aprofundar-se nos últimos meses. A baixa produtividade resultante do fraco grau de tecnologia empregue nesta indústria, acrescenta-se uma alarmante ausência de investimentos e os efeitos do boicote económico desenvolvido pelos países capitalistas em relação à situação democrática portuguesa. Por exemplo, os Estados Unidos, um dos mercados habituais dos mármore portugueses, cessaram as importações após o 25 de Abril.

Se é certo que os pequenos e médios industriais do sector (que globalmente são responsáveis por cerca de seis mil postos de trabalho), sempre lutaram com algumas dificuldades, que ultrapassavam em virtude dos salários de fome que pagavam aos trabalhadores, não tinham capacidade de investimento e nas presentes circunstâncias se agravou a sua debilidade financeira, o mesmo não se passa relativamente aos grandes industriais responsáveis por cerca de 60 por cento da produção do País, que arrecadaram escandalosos lucros à custa dos misérrimos salários que pagavam e preferiam, conscientemente, não investir em mecanização porque contavam com largos contingentes de mão-de-obra cansada de, nos campos, mendigar trabalho aos latifundiários.

As dificuldades que os grandes industriais dizem agora atravessar porque pagam um pouco mais aos trabalhadores e portanto os seus lucros tenderão a sofrer uma mínima redução, não constituem mais do que uma (in) justificação para a falta de investimentos, cujos objectivos são por de mais conhecidos, e para pedir ao Governo a concessão de créditos e apoios oficiais que devem, pelo contrário, ser canalizados para os cooperativas. A estas manobras responderão os trabalhadores com a vigilância revolucionária que tem caracterizado a sua actividade, já em alguns casos, vigilância que se intensificou após esta importante experiência colectiva que viveram, no passado domingo, no seu primeiro grande encontro, orientado pela comissão organizadora, com a presença de uma camarada da DORAR e de técnicos do sector.

Uma das medidas agora tomadas assume particular importância para a revitalização do sector agrícola e vem satisfazer uma velha aspiração da população trabalhadora desta região. Referi-mo-nos à expropriação de perímetros de regadio que excedam 50 hectares e à expropriação de terras de sequeiro que excedam 500 hectares, limites agora fixados para estes tipos de propriedades.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

A Reforma Agrária estava na ordem do dia. As recentes decisões do Governo Provisório vieram demonstrar que o movimento popular desenvolvido no sentido da satisfação dos interesses dos trabalhadores do campo tinha uma razão de ser.

Entre as importantes medidas,

Reforma agrária em marcha

CAMPANHA DE FUNDOS

IRA — 6 trabalhadores	550000
Eduardo de Sousa Amaral	500000
Um assinante do «Avante!»	200000
Fernando da Silva dos Santos Santana — Setúbal	100000
Manuel António Garrana — Setúbal	100000
Miguel	200000
Ilídio Rainha da Silva	7130000
Operários da Firma Cortina	580000
Jorge Rodrigues («Avante!»)	200000
Joana	200000
21 trabalhadores da firma Valentim de Carvalho	740000
Um trabalhador da CETEC	40000
José Jacinto Nunes	500000
Cinco camaradas antes do 25 de Abril	3143000
Dois trabalhadores dos EUA (\$70)	1666000
António de Azevedo (a vitória é difícil mas é nossa)	522000
José Correia Carrão Ferreira	800000
António Neves Carrasquinha	1000000
José de Castro	97400
Mário Barreiros	140000
Um amigo de Leiria	800000
Júlio Vilarrigas	100000
Américo Fernandes	100000
Célia «Avante!»	185000
Brendeiro de Matos	900000
Baptista de Matos	70000
Amílcar Manuel Pereira Ribeiro	40000
Maria Gabriela	100000
Octávio Manuel Mendes Mendonça	500000
Elyseo	1000000
Maria Augusta Leandro	1000000
Olimpio da Silva Pereira	555000
César da Silva Pereira	555000
José Guedes	580000
Alberto Trindade	100000
«Camaradas de Paris»	351000
7 simpatizantes do Partido	830000
António (FF 10)	54000
Henriqueta Rocha — Alentejo	900000
Leão Pimentel — Arouca	1000000
Augusto Neto — Lisboa	100000
Arrur Lima — Serrões — St.º Adrião — V. N. Fam.	300000
Alvaro Justino Mota	500000
Alvaro Santinho Coelho — S. Marcos da Serra — Alentejo	400000
Fernando Lopes Ferreira — Lisboa	100000
Américo Rodrigues Maio — Porto	300000
Fernando Correia Lino — Caxias	50000
Almirante Gaspar Marques — Lisboa	300000
João de Sousa Garcia Lourenço — Luanda	100000



NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE ARRENDAMENTO RURAL PASSO IMPORTANTE PARA A REFORMA AGRÁRIA

Mais de um terço das explorações agrícolas nacionais, ou seja, cerca de 300 000 terras submetidas ao regime de arrendamento, são abrangidas por uma nova legislação de arrendamento rural aprovada em Conselho de Ministros, segundo proposta do Ministério da Agricultura.

Na generalidade, é de salientar que foram satisfeitas as reivindicações básicas colocadas pelos agricultores não proprietários quando da discussão pública desta lei, a qual mobilizou milhares de camponeses de norte a sul do País. Também nos encontros de pequenos e médios camponeses organizados pelo nosso Partido, a questão do arrendamento rural foi largamente debatida. Os milhares de camponeses presentes nestes encontros manifestaram as suas opiniões sobre as soluções urgentes a adoptar no sector agrícola, nomeadamente no que se relaciona com o arrendamento rural.

Porque o nosso Partido é defensor intransigente do povo trabalhador português, e segue uma política firme de aliança da classe operária com o campesinato, não constitui uma surpresa a coincidência entre as aspirações da grande massa dos que trabalham a terra com as posições assumidas quer no nosso Programa, quer na Plataforma de Emergência da Proclamação, do VII Congresso Extraordinário do nosso Partido, na qual, relativamente ao regime de arrendamento, se defende: 1. Abolição dos foros, abolição da parceria e sua conversão em regime de arrendamento. 2. Revisão do regime de arrendamento tendo em conta os aumentos de preços, a diminuição da renda e a renda fixa e contrato por escrito, o pagamento da renda em dinheiro, a abolição efectiva do subarrendamento e indemnização ao rendeiro pelos investimentos efectuados.

Ao satisfazer a maioria das reivindicações dos rendeiros, que constituem uma parte considerável dos que trabalham a terra sem a possuir, e que foram durante a «legião» fascista sacrificados aos interesses dos senhores da terra, o presente diploma

pode ser considerado como um passo importante no caminho da reforma agrária democrática que urge realizar, no interesse das massas laboriosas do campo, do desenvolvimento da agricultura e da consolidação do processo revolucionário.

Contrato por escrito

não inferior a seis anos

Acabando com uma situação angustiosa para os rendeiros, a lei toma em consideração o facto de estes, segundo o regime anterior, não terem a segurança de uma continuidade da exploração da terra e não lhes ser dada garantia de continuidade para a sua actividade, o que constituía um dos entraves à modificação dos processos de cultivo da terra, à reconversão das culturas, à introdução de equipamentos e à realização de melhorias.

Assim, no sentido de salvaguardar a continuidade da exploração, a lei estipula que os contratos de arrendamento rural não podem ser celebrados por prazo inferior a seis anos, prorrogáveis automaticamente, com excepção dos contratos celebrados com o cultivador directo, os quais terão a duração de um ano, sendo, também, prorrogáveis automaticamente. Define-se como cultivador directo aquele que tem por objecto um ou mais prédios que o rendeiro explore exclusivamente com o seu próprio trabalho executivo ou o das pessoas do seu agregado familiar.

A renda fixada em dinheiro

Consagrada, também, a obrigatoriedade de redução dos contratos a escrito, situando-se o seu âmbito (além do terreno como arvoredo e demais vegetação permanente que nele existir) em todas as coisas implantadas ao solo e ainda aquelas que, não fazendo parte dessas coisas, são, contudo, indispensáveis para o desempenho da sua função económica normal.

As rendas serão obrigatoriamente fixadas em dinheiro. Mas o rendeiro cultivador directo goza da faculdade de pagar em gêneros produzidos no prédio arrendado, os quais serão valorizados ao preço de compra

oficial no momento do vencimento da renda, ou, no caso de não se encontrar afixado, ao preço corrente na região.

Os valores máximos das rendas serão afixados, anualmente, pelo Governo, até 31 de Janeiro de cada ano. Esta afixação será efectuada relativamente a cada região e às diferentes classes de terra e formas de aproveitamento, ouvidas as respectivas comissões arbitrais. Por outro lado não é exigível o pagamento antecipado da renda, podendo, no entanto, o rendeiro antecipar este pagamento em dinheiro, até ao máximo de seis meses. Note-se que se o rendeiro não pagar a renda por causa que lhe seja imputável, o senhorio, decorridos três meses, pode exigir judicialmente, com juros.

Se ocorrerem acidentes imprevisíveis (inundações, estíagens, etc.) que causem a perda dos frutos ou impeçam a sua produção, o rendeiro tem direito a redução proporcional da renda, que poderá ainda ser paga em prestações.

Al rendeiro assiste ainda o direito de obter a resolução do contrato quando as causas referidas (inundações, pragas, estíagens, etc.) tiverem como consequência uma diminuição significativa e duradoura da capacidade produtiva do prédio. A redução da renda pode também ser requerida pelo rendeiro quan-

do a rentabilidade do prédio for diminuída em virtude de nova lei ou de providências tomadas pela administração ou por empresas concessionárias de serviço público.

Benefeitorias não dependem da vontade do senhorio nem alteram o valor da renda

Quanto às benefeitorias, estas não dependem do consentimento do senhorio. No caso de o senhorio ter concedido autorização por escrito, ou se esta tiver sido suprida pela comissão arbitral, o rendeiro, findo o contrato, tem direito a exigir o valor das benefeitorias consentidas. As benefeitorias realizadas pelo rendeiro não justificam a revisão do montante da renda. Ainda relativamente a benefeitorias, o decreto-lei prevê a concessão de créditos aos rendeiros por parte do Estado para poderem fazer melhorias necessárias ou úteis, inclusivamente a melhoria das condições de habitabilidade, cisternas ou outras instalações sociais.

Recete a lei que, nos anos de 1975 e 1976, o Estado poderá autorizar formas transitórias de utilização da terra por períodos inferiores a um ano e com o objectivo de explorar culturas sazonais. Essas formas de exploração designam-se por «culturas de campanha» e far-se-ão mediante contratos escri-

EMPRESÁRIOS DE DIVERSÕES LUTAM PELOS SEUS DIREITOS

Reunida em plenário a Associação de Empresários de Diversões, que no sector de divertimentos mecanizados (pistas de automóveis, carros, aviões e outras) é a sua maioria constituída por trabalhadores de reduzida capacidade económica, apreciou e deliberou sobre a posição de quatro empresas que, merced à sua superior capacidade económica, pretendem destruir o esquema de rotas há muito vigente, de molde a tentarem esmagar os seus concorrentes mais fracos.

Assim, os trabalhadores ali reunidos alertam para o fac-

to de a empresa Galtarossa & Vaz, uma das quatro e que anteriormente gozava de grande protecçãoismo junto das entidades governamentais, ir junto das Câmaras Municipais e das comissões de festas oferecer quantias astronómicas e incomportáveis face às possibilidades de rentabilidade da feira ou da festa pelo aluguer do terreno, ao mesmo tempo que exige que o referido aluguer seja feito mediante leilão e afirmando ainda, segundo os pequenos empresários, que estes devem ficar pelo caminho.

Os pequenos empresários, que nestas condições concorrem em termos inacessíveis à sua capacidade económica, já que a Galtarossa & Vaz se pode valer da força do seu dinheiro, decidiram expor as entidades competentes a justiça do seu apelo e estão dispostos a obstar a que qualquer empresa actue contra os interesses gerais da classe.

Muito embora esta situação englobe uma camada pequena da população não deixa de exemplificar a exploração e as desvantagens a que os mais pequenos estão sujeitos: assim, a referida empresa Galtarossa & Vaz, valendo-se do seu dinheiro e tentando impor a exigência do leilão, procura unicamente afastar os seus concorrentes mais débeis. Para isso não hesita em pagar preços mais elevados para afastar os outros. Ao fim de uma temporada, os pequenos empresários, sujeitos a todos os tipos de despesas que uma actividade daquelas obriga, ficam pelo caminho. Era a vez de utilizar o seu dinheiro para comprar a baixo preço as instalações dos antigos concorrentes, aumentando assim a sua presença em feiras e festas, tornando ainda mais difícil a vida aos pequenos empresários que restassem.

Desde sempre o nosso Partido tem procurado defender também os interesses dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios industriais. E neste caso específico também os interesses dos pequenos empresários de diversões públicas têm de ser assegurados, isto é, a liberdade não pode servir para que os mais fortes continuem a explorar os mais fracos.

tos directamente celebrados entre os empresários e os cultivadores-companheiros. A validade destes contratos depende da autorização do IRA, devendo deles constar diversos elementos como o prazo, o montante da renda, etc. O IRA, Instituto de Reorganização Agrária, tem o direito de tomar de arrendamento diversas classes de prédios especificados pela lei: os prédios incoltos ou subaproveitados, podendo, porém, conceder ao proprietário a faculdade de proceder ao seu adequado aproveitamento dentro de prazo a fixar e segundo um plano de exploração de sua iniciativa, aprovado por aquele organismo; os prédios necessários para efeitos de reestruturação agrícola de acordo com planeamento aprovado; os prédios cujos empresários faltem ao cumprimento das disposições económicas-sociais estabelecidas em lei ou em convenções colectivas de trabalho, nomeadamente quanto a emprego e salários; os prédios cujos senhores tenham proceído de despejo dos rendeiros em contravenção; e os prédios cujos senhores e rendeiros não cultivadores directos não prestem as informações de natureza técnico-económica que lhe forem solicitadas, pe-

loso organismos oficiais ou, de algum modo, obstem a acção dos técnicos do Estado, quando em serviço oficial. As cooperativas de produção de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, existentes nas zonas onde houver terras incoltas ou subaproveitadas, poderão requerer ao Instituto que as tome de arrendamento, a fim de lhes ceder o respectivo direito.

Proibido o subarrendamento e a parceria

Também neste aspecto se tomaram em consideração as aspirações dos pequenos agricultores. Assim, é proibido o subarrendamento total ou parcial, excepto se o rendeiro ou sub-rendeiro for o IRA. A cessão do direito ao arrendamento por rendeiro diverso do Instituto só é permitida desde que realizada a favor de cooperativas de produção de pequenos agricultores e trabalhadores rurais ou se destine a acções de parcelamento ou emparcelamento a realizar por iniciativa ou com aprovação daquele departamento oficial.

De notar que as rendas de arrendamentos rurais ficam congeladas enquanto não estiverem fixados os seus valores máximos, disposição que acautela eventuais manobras que atinjam os trabalhadores rendeiros.

Quando da discussão pública sobre a actual legislação de arrendamento rural, milhares de rendeiros e de trabalhadores rurais haviam defendido as suas exigências relativamente a este diploma, o qual, por sua vez, expressa de norte a sul do País, deveria lançar as bases de uma reforma agrária verdadeiramente consequente que defende os interesses de todos os pequenos agricultores, incluindo rendeiros e caseiros.

Esta exigência, que se enraíza não somente no direito a trabalhar a terra em condições de segurança, mas também no desenvolvimento do processo democrático, foi, na generalidade, atendida no presente diploma. Da experiência, uma conclusão fundamental há a extrair: prova-se que a iniciativa popular em marcha, a movimentação das massas trabalhadoras constitui factor determinante das vitórias alcançadas e guia de acção para os passos futuros, os quais terão de ser dados com decisão e sem demoras inúteis. Os trabalhadores portugueses estão dispostos a pôr todas as suas energias ao serviço da economia nacional se nesta se afirmar sem equívocos a estratégia antimonopolista e antifundista sem a qual não é possível falar de avanço numa via socialista.

O PROBLEMA DAS MADEIRAS

PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES REÚNEM-SE E APONTAM SOLUÇÕES

No I Encontro de Pequenos e Médios Produtores Florestais, promovido pelo nosso Partido em Montargua, no celeiro do Instituto dos Cereais, foram aprovadas as seguintes conclusões gerais, que constituem uma valiosa contribuição para a resolução dos problemas das madeiras, no que respeita a soluções de carácter urgente e imediato para os problemas da comercialização:

1.—As principais razões que dificultam a venda de madeira de pinho são a proibição, no Verão de 1974, da exportação de madeira em toros e a quebra da exportação de madeira semitrabalhada, em Setembro do mesmo ano, para Inglaterra, Holanda e outros países.

2.—Uma outra razão que determinou a dificuldade de venda de madeira para celulose foi o facto de o inverno ter sido pouco chuvoso e frio e por isso se ter continuado os trabalhos de corte e transporte de madeiras, tal como durante os meses de Verão, enquanto nos outros anos, nos meses de Inverno, o corte de madeira quase pára ou pelo menos diminui muito.

3.—A quebra de exportação de madeiras levanta o problema de um possível boicote económico por parte de outros países à economia nacional florestal, portuguesa. Deve-se por isso fazer imediatos con-

tos comerciais com outros países, para assegurar a exportação das madeiras portuguesas e dos produtos derivados das madeiras.

Sabotagem económica

4.—Durante a semana que terminou em 22/3/75, jornais diários («Diário de Lisboa», «Diário de Notícias» e «Jornal de Notícias») referiram-se a dificuldades de abastecimento de pasta de papel às fábricas portuguesas de papel, o que poderá obrigá-las a fechar.

5.—Estreito que as fábricas de pasta de papel não estejam a comprar toda a madeira que lhes é oferecida e que por outro lado as fábricas de papel estejam em risco de fechar por não terem pasta de papel para trabalhar.

6.—Impõe-se que este problema seja imediatamente investigado pelo Governo, tomadas públicas as conclusões e tomadas medidas contra possíveis boicotes da economia.

7.—Os produtores de madeiras e resina têm necessidade que lhes seja assegurada a venda de toda a madeira e resina que queiram vender e que lhes sejam pagos preços suficientemente compensadores e previamente conhecidos.

8.—A comercialização de madeiras e resina deve ser baseada na criação de Cooperativas Florestais de Comercialização, que cubram to-

do o País e no desenvolvimento das cooperativas já existentes, como a Colfona. As Cooperativas Florestais de Comercialização, devem beneficiar de um apoio permanente e sólido por parte do Estado, que envolva os problemas técnicos e financeiros.

9.—Deve, além disso, ser criado um organismo público administrado pelo Estado, que garanta às Cooperativas a compra de todas as madeiras e resinas, e que assegure a sua distribuição às fábricas que utilizam a madeira como matéria-prima. Este organismo pode resultar da transformação do actual Instituto dos Produtos Florestais.

10.—Tanto as Cooperativas Florestais de Comercialização, como o organismo público de comercialização devem centralizar os abates de madeiras, mesmo os da madeira proveniente das grandes plantações pertencentes hoje às fábricas de celulose, como forma de impedir manobras de boicote por parte dessas fábricas.

11.—Considera-se útil a uniformização das unidades de medida a utilizar obrigatoriamente na comercialização de madeira, tendo em conta os diversos usos e especificações.

12.—A exportação e importação de madeiras deve ser feita em exclusivo por um organismo público, administrado pelo Estado, para se evitarem manobras das companhias multinacionais e se assegurar a planificação a longo prazo das exportações e importações.

13.—Os preços das madeiras a pagar aos produtores devem ser fixados sempre com a participação de representantes eleitos dos produtores associados em Cooperativas ou outras associações.

14.—Deverá procurar organizar-se a produção de madeiras e resina com base em associações de produtores que garantam a defesa eficiente contra fogos, e melhorarem as condições de exploração das matas.

Saneamento necessário

15.—Pedese o apoio para a comissão da prevenção de incêndios que foi constituída há um ano na freguesia do Sobral, de Pano, de Espinho e de Montargua, todos do concelho de Montargua, e que está a construir tanques de armazenamento de água para combater a fogos e acções.

16.—Os representantes da produção que actualmente estão no Instituto dos Produtores Florestais devem ser imediatamente demitidos e substituídos por representantes eleitos pelas ligas ou associações de pequenos e médios produtores e das Cooperativas Florestais.

17.—O Fundo de Fomento Florestal não deve apoiar os grandes latifundiários do Sul, como aconteceu durante o regime fascista, e deve, pelo contrário, passar a apoiar exclusivamente os pequenos e médios produtores florestais, como se julga que é a sua orientação actual.

18.—Nas escolas, especialmente no ciclo preparatório, escola secundária e superiores, devem ser dadas disciplinas sobre cooperativismo.

19.—No concelho de Montargua existem grandes propriedades florestais que eram antigamente baldios e que foram apropriados indevidamente ou vendidos da forma injusta. Impõe-se que seja revisto o processo de passagem a propriedade privada dos baldios do concelho e corrigidas as injustiças mais flagrantes.

20.—O Governo deverá tomar medidas imediatas no sentido de não deixar deteriorar o mercado das madeiras e resinosas, quer interno quer externo, dado o grande peso que as madeiras e resinosas têm na economia portuguesa.

VIGILÂNCIA E ALERTA CONTRA CERTOS «AUXÍLIOS»

Têm-se referido os órgãos de Informação à intenção do Governo dos Estados Unidos, de prestar auxílio ao nosso país, nomeadamente através do fornecimento de subsídios para um Centro de Saúde em Oeiras e hospitais em Lisboa, Porto e numa cidade do Sul. Tal iniciativa americana processar-se-ia por intermédio dum bem conhecida organização, intitulada Agência Internacional para o Desenvolvimento, à qual incumbiria enviar para o nosso país diversos técnicos e consultores.

A este propósito, a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos divulgou um comunicado bastante esclarecedor, em que se alertam os médicos, a população e as entidades oficiais para o significado dos programas de auxílio realizados por intermédio da AID. No documento afirma-se nomeadamente:

—Em 1969, depois de postos em causa os auxílios dos EUA aos países latino-americanos, numa conferência interamericana em Viña del Mar (Chile), o próprio presidente Nixon foi forçado a reconhecer publicamente o carácter exploratório das relações económicas que os EUA impunham às nações latino-americanas. Encarregado Nelson Rockefeller de fazer um relatório, este denuncia o auxílio hipócrita, através de organismos de dominação imperialista, onde estariam incluídos a AID, o Eximbank, o Banco Mundial e outros mecanismos de opressão capitalista.

—Na Bolívia e no Brasil foram feitas graves denúncias sobre o papel da AID no financiamento do famoso «Corpo da Paz», grupo de jovens voluntários americanos que tiveram um nefasto papel junto destes povos, tais como a esterilização de mulheres, para evitar o crescimento demográfico das populações locais. Estas práticas, que consideramos de genocídio, foram também consideradas como tal pela Organização das Nações Unidas.

—Na República Dominicana, o Partido Revolucionário Democrático (PRD) denuncia que a repressão no seu país está a ser financiada em grande parte pelos programas de auxílio da AID. «Americanas, na política cultural da AID, livros, programas, fundações, professores, técnicos, etc. são manipulados no sentido de introduzir a ideologia capitalista monopolista e de sufocar o desenvolvimento das Culturas Nacionais».

—Nos países a que a AID tem acesso, tais como os países latino-americanos, Vietnam do Sul, Camboja, etc., a entrada de «auxílios» e «conselheiros» através desta organização foi e é um dos meios pelos quais se introduziram agentes da CIA (Agência Central de Informações).

O documento salienta ainda, muito justamente, ser de estranhar que no tempo do regime fascista de Salazar-Caetano, apesar das relações de amizade existentes com o Governo americano, esta «prestígio instituição» não tenha servido de veículo a qualquer auxílio, quando em tal regime o sector da saúde estava num caos, de onde não se via possibilidade de melhoria. O comunicado termina afirmando que os Dirigentes da Região de Sul deste sindicato não são contra qualquer forma de auxílio franco e desinteressado, mas manter-se-ão sempre vigilantes para que essa ajuda não represente qualquer forma de dominação ou dependência política ou económica na nossa jovem democracia.

TRINTA MIL TRABALHADORES DE VESTUÁRIO E LANIFÍCIOS MANIFESTARAM-SE NO PORTO

Vindos do Palácio de Cristal, onde se reuniram em plenário, mais de trinta mil trabalhadores de vestuário e lanifícios de toda a zona norte atravessaram a cidade em manifestação até ao Ministério do Trabalho, contra o rompimento das negociações do seu CCT (vertical) que as entidades patronais se recusaram a assinar.

Centenas de cartazes afixaram a presença de trabalhadores, na sua maioria mulheres, vindas de Braga, Viana, Guimarães, Amarante, etc., que, conscientes da sua unidade e da sua organização, afirmaram a combatividade que as anima contra a reacção e quaisquer formas de exploração capitalista.

«Patrão escuta, o operário está em luta», «Queremos o contrato assinado», «Abaixo a reacção», «A vitória é difícil mas é nossa» foram as palavras mais gritadas pelos manifestantes que, por intermédio de uma comissão, apresentaram no Ministério do Trabalho uma moção que exige das associações patronais que as negociações se concluam antes das eleições; caso contrário, os trabalhadores estarão na disposição de

recorrer a outras formas mais energéticas de luta, que imponham a satisfação imediata das reivindicações sindicais — subsídio de férias e feriados a 100%, para o vestuário, e descanso ao sábado para os lanifícios.

Dispostos a ir até à vitória

COMISSÃO DE MORADORES DA CHARNECA DA CAPARICA

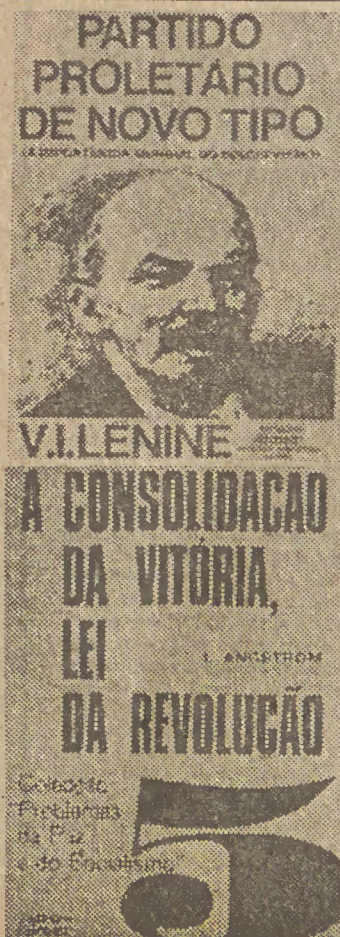
Um pouco por todo o lado, surgem e começam a desenvolver o seu trabalho Comissões de Moradores, organismos unitários e eminentemente populares, resultantes da consciência cada vez maior por parte das classes trabalhadoras, de que uma acção conjunta, em bases democráticas, na luta pela defesa dos seus interesses, será um factor indispensável para a consolidação e avanço do processo revolucionário.

Multiplicam-se as iniciativas dessas comissões, e os resultados concretos começam a aparecer. Como é o caso, por exemplo, da Comissão de

final, os trabalhadores de vestuário e lanifícios contam totalmente nas direcções dos seus sindicatos e responsabilizam desde já o patronato por tudo o que for decidido pela classe, tendo em vista o cumprimento do que justamente reivindica.

Moradores da Charneca da Caparica, que já logrou a criação de condições para a construção de um pequeno parque desportivo e, após diligências junto da Direcção-Geral de Construções Escolares, de uma escola primária em Marco Cabaço.

Também se prevê para breve a entrada em funcionamento em plenas condições de um Parque Infantil, cuja criação — e aproveitamos para rectificar uma notícia recentemente publicada no nosso jornal — é da iniciativa desta comissão, da qual, aliás, fazem parte militantes do nosso Partido.

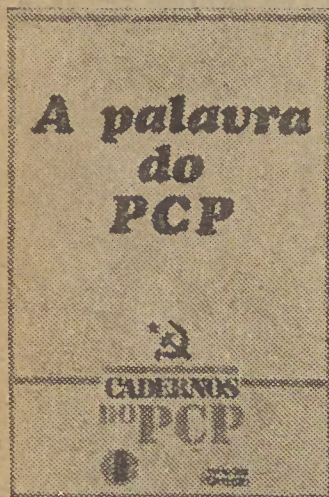


PARTIDO PROLETARIO DE NOVO TIPO

V.I. LENINE

A CONSOLIDAÇÃO DA VITÓRIA, LEI DA REVOLUÇÃO

EDIÇÕES «AVANTE!»



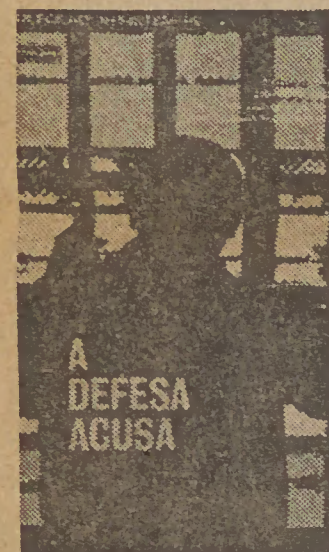
Entre as actividades que traduzem o empenhamento do PCP em esclarecer e mobilizar as amplas massas populares para o combate à reacção, para a luta pela liberdade e pelo Socialismo, conta-se a realização de centenas e centenas de comícios.

No terreno fértil que o 25 de Abril abriu, a PALAVRA DO PCP tem percorrido todo o País, interpretando o evoluir da situação política, indicando as tarefas que se impõem para o futuro, e os perigos que há que saber evitar e combater, o caminho a trilhar para novas conquistas. E a história tem demonstrado que não têm sido palavras lançadas ao vento!

Elas têm calado fundo no coração e na consciência de milhões de portugueses que, sempre em maior número, acorrem a escutá-las.

As Edições «Avante!» mais uma vez se associam a essa gigantesca tarefa de levar a PALAVRA DO PCP lá onde existe um português honesto para a ouvir.

Nesta antologia reunimos, por ordem cronológica, alguns discursos de camaradas do CC do PCP em comícios. Daquelas de que nos chegou o texto escrito, e da impossibilidade de os transcrever a todos, seleccionamos os que melhor nos pareceram dar conta da evolução dos acontecimentos políticos. Estes discursos são assim uma retrospectiva, ou melhor, um roteiro da revolução portuguesa que importa ter bem presente para os combates futuros.



A história da actividade revolucionária dos comunistas portugueses está cheia de muitos e gloriosos exemplos de firmeza política, de dedicação e abnegação sem limites à causa da classe operária e do povo português.

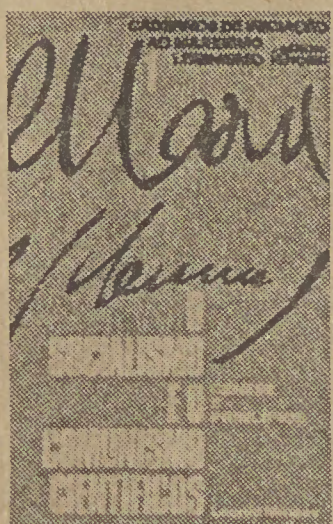
Sujeitos às maiores torturas policiais por parte da PIDE — bárbaros espancamentos, tortura da «estátua», tortura do «sono» e toda a espécie de torturas morais —, centenas e centenas de militantes comunistas souberam portar-se dignamente, recusando-se a prestar quaisquer declarações aos inimigos do novo povo. Muitos deles, tais como MILITÃO RIBEIRO, ALFREDO DINIS, FERREIRA MARQUES, FERREIRA SOARES, AUGUSTO MARTINS, GERMANO VIDIGAL, JOSÉ MOREIRA, DIAS COELHO e tantos outros, pagaram com a própria vida a sua firme conduta de comunistas. Todos eles foram friamente assassinados pela PIDE ao serem presos ou após longos dias de tortura.

Juntamente com a PIDE, os Tribunais Plenários de Lisboa e Porto constituíram uma parte essencial do aparelho repressivo em que o regime fascista se apoiava para reprimir o povo português. Nos Tribunais Plenários, os juizes não decidiam de acordo com qualquer lei que garantisse os direitos dos cidadãos, mas seguiam as directrizes e instruções do governo fascista e da própria polícia. Davam uma cobertura legal ao regime de violência e aos crimes da PIDE. Ao intervir perante tais tribunais, embora sem reconhecerem a sua legalidade, enfrentando mil e umas dificuldades e obstruções sistemáticas, os comunistas unham em vista a denúncia dos crimes e da ilegalidade do regime em que a existência desses mesmos tribunais se inscrevia, a denúncia das torturas e crimes da PIDE, a denúncia da ruína política económica da guerra colonial. Ao mesmo tempo expunham e defendiam a linha política do Partido.

Na presente publicação apenas se dão a conhecer alguns exemplos dessa firme conduta por parte de camaradas que foram torturados e encarcerados longos anos nas memórias fascistas. É que, quanto tempo seria preciso para reunir todas as defesas dos comunistas portugueses que ergueram a sua voz nos tribunais fascistas? E quantos volumes seriam necessários para as transcrever?

Por isso, apenas incluímos aquelas defesas a cujos originais tivemos mais fácil e rápido acesso. Julgamos no entanto que elas são

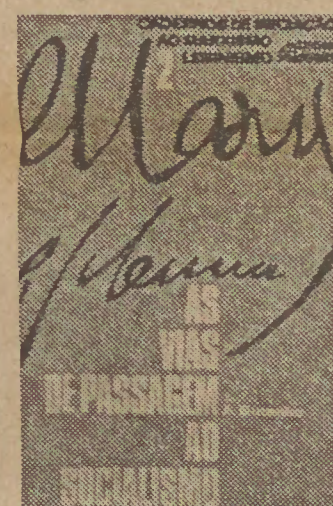
bem representativas do Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista.



Capitalismo e colonialismo são o passado da humanidade. Nos nossos dias, o socialismo e o comunismo tornaram-se uma força invencível, uma sociedade real em construção numa vasta extensão do Globo. As ideias do socialismo e comunismo científicos vão ganhando sempre mais adeptos em todos os continentes.

Na unidade de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas, dos países da comunidade socialista, dos povos da Ásia, da África e da América Latina, da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo, na sua coesão sob a bandeira do marxismo-leninismo, do socialismo e comunismo científicos dos nossos dias, se encontra a garantia da vitória final e decisiva.

O mundo novo não vem espontaneamente à existência. É gerado na dor, numa luta cruel com as forças do passado. Mas as forças que trazem ao mundo a renovação revolucionária são invencíveis. O sistema da exploração capitalista, historicamente ultrapassado e condenado pelo seu próprio desenvolvimento, deve necessariamente abandonar a arena da história. O seu desaparecimento é inelutável. Todos os países, todos os povos virão ao socialismo tão necessariamente como se sucedem as estações, como o dia sucede à noite. «A vitória é difícil, mas é nossa.»



Código 21.02 Preço 15\$00

Na época actual, o movimento revolucionário atingiu o mundo inteiro. O sistema socialista mundial, que agrupa 14 países, é a sua força principal.

As forças do socialismo, os movimentos comunista, operário e de libertação nacional, as forças da paz e da democracia prosseguem a sua ofensiva contra o imperialismo.

Nestas condições, os problemas da passagem ao socialismo, os métodos e vias de adesão das massas à revolução, o sentido da ditadura do proletariado e do poder de democracia popular têm uma importância excepcional.

Considerando que a passagem de todos os países ao socialismo é inelutável, Marx, Engels e Lenin, nunca negaram que cada país irá ao socialismo pelo seu próprio caminho, que as características específicas da luta revolucionária se revelarão em cada caso concreto. «Todos os países inevitavelmente, passarão um dia ao socialismo — escreveu V. I. Lenin —, mas nem todos o farão do mesmo modo, cada um imprimindo a marca da sua originalidade própria ao introduzir uma ou outra forma de democracia, esta ou aquela variante de ditadura do proletariado, esta ou aquela cadência nas transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social.»

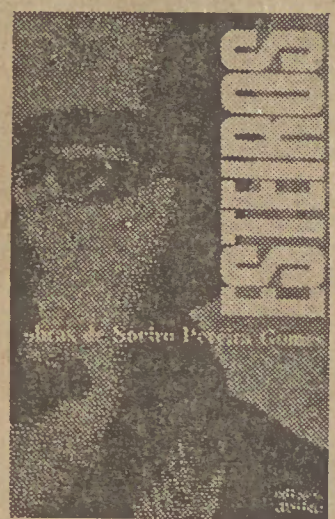
Os acontecimentos deram razão a Lenin: cada um dos 14 países que formam o sistema mundial de socialismo seguiu a sua própria via, enriquecendo assim a experiência geral das transformações socialistas. Hoje que os povos mais diversos aspiram a uma vida nova e enveredaram por uma via de desenvolvimento não capitalista, o problema da passagem ao socialismo é um dos mais actuais.



Código 21.03 Preço 20\$00

O presente caderno, o primeiro de uma série: O que é o Comu-

nismo? Perguntas e Respostas, é o terceiro da colecção Cadernos da Iniciação ao Marxismo-Leninismo das Edições «Avante!». É a tradução portuguesa — algum tanto desenvolvida e completada pelo editor português com vista a facilitar a sua utilização pelos leitores que pouco ainda ou mesmo nada tenham lido sobre estes temas — de um livro há pouco preparado por um colectivo soviético de autores em resposta a perguntas enviadas à redacção, e que a editorial da APN, de Moscovo, muito recentemente publicou. Dos vários livros já publicados em diversas línguas pela mesma editora ou por outras, com o mesmo título (ou semelhante), este é, ao que julgamos, o que mais pode convir, pelo seu carácter explicativo e pela sua grande clareza, ao actual momento histórico que estamos vivendo, aos leitores portugueses que sobre o assunto buscam uma informação exacta, rápida e sem dificuldades.

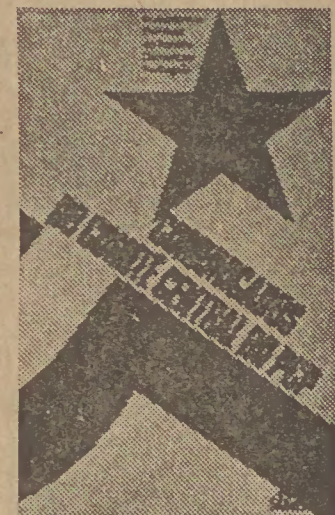


Código 51.03 Preço 30\$00

«Fecharam os telhais. Com os prenúncios do Outono, as primeiras chuvas encheram de frêmitos o lodegal negro dos esteiros, e o vento agreste abriu buracos nos trapos dos garotos, num arripio de águas e de corpos.» Assim começa, directo e incisivo, o romance: e estas imagens logo nos anunciam o que será a existência das crianças, o seu desolamento explorado, o estilhaçar dos seus sonhos infantis contra a cinzenta opressão da sociedade capitalista.

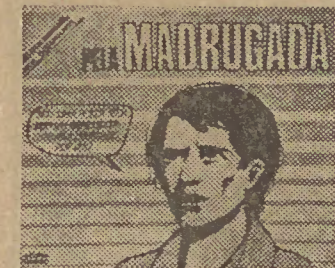
A obra de Soeiro Pereira Gomes nasceu do seu empenhamento na luta ao lado dos trabalhadores, de todos os explorados. Nasceu da sua militância no Partido, ao qual consagrou por completo a vida. A beleza dessa obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a lêem, são fruto, em grande parte, do tal empenhamento e tal militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

Augusto Costa Dias



Código 01.07 Preço 30\$00

A análise da situação política, as perspectivas de luta, os caminhos da revolução portuguesa através dos documentos publicados pelo Comité Central do PCP desde o 25 de Abril a Dezembro de 1974, agora reunidos em livro.



Código 81.01 Preço 10\$00

Série Banda Desenhada

Com o conto desenhado Pela Madrugada, Edições «Avante!» dão início em Portugal a uma nova forma de divulgação de obras literárias de valor.

Pela Madrugada é uma história vivida vezes sem conta no meio século da perseguição, torturas e prisões a que foram submetidos os melhores filhos do povo português. O autor literário é seguramente um antigo funcionário clandestino do Partido Comunista Português (cujo nome não foi possível por enquanto averiguar) e que por essa razão se encontrava entre aqueles que com mais firmeza, abnegação e sacrifício resistiram à opressão fascista e lutaram pela liberdade e pelo povo português.

A REACÇÃO À SOLTA ENTRE OS EMIGRANTES

Desde os alvares da situação democrática nascida com o 25 de Abril que a reacção tem feito sentir entre os emigrantes, com particular incidência, a sua acção sabotadora do processo de consciencialização política. Dispondo de um campo propício às suas manobras, pois a grande imprensa capitalista lhe favorece os desígnios, apostando em dar dos acontecimentos em Portugal uma visão deturpada pelas lentes do oportunismo, as forças reacçãoárias que actuam no exterior, têm recorrido a diversos meios para influenciar negativamente o trabalhador português no estrangeiro. Esta acção tem sido indubitavelmente favorecida pelos inexplicáveis atrasos no saneamento dos departamentos oficiais portugueses no estrangeiro, muitos dos quais continuam ocupados por aqueles que tão afincadamente defenderam o regime fascista.

Uma das grandes armas da reacção, lá como cá, consiste na montagem de um aparelho de propaganda mistificada e caluniosa. Para tal, não lhe escasseiam capitais nem «boas vontades» de quantos têm privilégios de classe a defender e os vêem ameaçados com o rumo progressivo do processo democrático português. Ultimamente, e após terem visto fracassar, na generalidade, o efeito pretendido com os boatos postos a correr no sentido de impedirem o envio das remessas dos emigrantes para o País, as forças contra-revolucionárias recorrem a «sessões de esclarecimento», cujo objectivo é perpetuar os «slogans» da política obscurantista do fascismo que estão particularmente interessados em ressuscitar.

Combater a acção reacçãoária do MEP, tarefa do trabalhador emigrante

Como exemplo, citamos o caso do MEP (Movimento Emigrante Português), que funciona na Missão Católica Portuguesa em Mainz, na Alemanha, país onde o número de emigrantes portugueses ultrapassa meio milhão. Em recentes «sessões de esclarecimento» realizadas por este movimento, sob a orientação de Alberto Rodrigues, em diversas cidades, como Mainz, Wiesbaden, Kistheim e outras, o MEP afirma-se pluralista («enquanto aberto a todas as correntes ideológicas, de modo especial às ideias progressistas, democráticas e socialistas»), universal («enquanto capaz de congrega todas as pessoas que queiram valorizar-se e contribuir para a valorização de outros portugueses emigrantes») e apatriótico («enquanto se porá ao serviço de todo o partido que honestamente queira contribuir para a consciencialização do emigrante, e ele próprio a fomentar...»). Demonstrando que espécie de pluralismo defende e qual o seu aparti-

darismo, o MEP desenvolve o mais desenfreado anticomunismo nas suas sessões, que só de nome são de «esclarecimento». Assim, o comunismo é apresentado como «a negação da liberdade democrática e recusa da dignidade inerente ao homem», como «falsa solução para os problemas portugueses do presente e do futuro» e outras «definições» do género. Ainda que tratado bem mais meiguamente, o Partido Socialista não escapa a reservas relativas «ao seu parentesco com o Partido Comunista». Salva-se deste «anatemá» geral o Partido Popular Democrático, que é apresentado como «social e não socialista»; como consagrando o respeito dos direitos fundamentais da pessoa, equilíbrio de método e finalidades, compreensão e respeito maior pela mentalidade e modo de ser português (o passado também conta).

Até quando continuarão certos sectores da Igreja a servir de capa a manobras contrárias ao próprio espírito de justiça que dizem advogar? Enquanto comunistas e católicos continuam unidos na cooperação já iniciada nas fileiras da resistência antifascista, certos sectores da Igreja fazem a mais descarada política contra a democracia, utilizando frases de sabor progressista, com que pensam «levar a água ao moinho da reacção». A propaganda anti-comunista que desenvolvem, já o expressamos mais do que uma vez, não atinge o Partido Comunista, cuja história é

cada vez mais conhecida entre as camadas populares, cuja acção tem sido um dos mais poderosos garantes da consolidação do processo democrático. A propaganda anticomunista que desenvolvem constitui apenas mais um meio, inspirado nos moles do fascismo, para entravar a consciencialização política do trabalhador emigrado.

«Soldado amigo: os emigrantes estão contigo!»

Porém, vêm com desespero que o controlo ideológico entre a população emigrante lhes foge, em virtude da acção de associações e de movimentos democráticos, esses sim, verdadeiramente empenhados no esclarecimento do trabalhador que a miséria lançou para um país estrangeiro. Cada vez mais a vigilância revolucionária brota também entre os emigrantes e estes denunciam os MEPs e organizações congêneres em acção contra o processo democrático português. No entanto, estas forças que se identificam com a reacção têm, como dissemos, um terreno favorável à sua expansão, porque esta interessa ao capitalismo nacional e internacional, aliados no boicote à caminhada de qualquer povo para um regime de liberdade. O saneamento em consulados, embaixadas e postos de imprensa, a não se processar rapidamente, só serve a reacção. Este um facto a reter e a

corrigir de imediato. Esta uma exigência da salvaguarda da democracia portuguesa.

E porque a propaganda reacçãoária não consegue deter a consciencialização progressiva dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, somam-se as manifestações de solidariedade destes para com as forças democráticas portuguesas, para com o Movimento das Forças Armadas e para com o Governo Provisório. Para citarmos apenas um recente exemplo, recordamos a mensagem de caloroso apoio enviada ao MFA, ao Conselho Superior da Revolução e ao Primeiro-Ministro, por uma centena de portugueses emigrados na região de Hamburgo, reunidos numa sessão de esclarecimento, na sede da Associação de Portugueses de Hamburgo. Nesta mensagem, os emigrantes manifestam a sua alegria pela vitória sobre as forças reacçãoárias do 11 de Março e gritam bem alto Soldado amigo, os emigrantes estão contigo!, afirmando a certa altura:

Manifestamos a nossa grande alegria pela institucionalização do Movimento das Forças Armadas, pela formação do Conselho Superior da Revolução. São vitórias históricas as nacionalizações da banca privada, das companhias de seguros, grandes motores da vida de um país. Por fim, os dinheiros do povo passarão a servir os interesses do povo e não os da minoria de exploradores, que tanto engordaram com o fascismo

e a miséria do nosso povo trabalhador.

Esperamos que o Conselho Superior da Revolução avance, juntamente com os partidos democráticos e progressistas, na imediata nacionalização da indústria de base do País e na execução da Reforma Agrária, entregando as grandes herdades a quem as trabalha. E o povo trabalhador quem criou as riquezas do País e são os grandes latifundiários e os grandes monopolistas quem sempre gozou da nossa miséria. Onde que as riquezas do País sejam postas ao serviço de todos.

Entre as aspirações que manifestam, salientamos: o castigo severo e responsabilização dos criminosos do 11 de Março; saneamento de todo o aparelho do Estado, particularmente no que se refere aos organismos que funcionam na emigração; reestruturação das forças militarizadas; avanço da luta contra os grandes monopolistas e os grandes latifundiários; bloqueio dos aumentos de preços e revisão do salário dentro das marcas razoáveis, mas necessárias.

Em todo o lado onde um efectivo esclarecimento político é conduzido, os emigrantes aderem em massa ao processo democrático português. Como trabalhadores, sabem melhor do que ninguém a que níveis de exploração o fascismo os lançou e as suas famílias e têm consciência de que tudo ganharão com o desenvolvimento da revolução portuguesa.

PÓVOA DE VARZIM

PROBLEMAS REGIONAIS DEBATIDOS EM AMPLA ASSEMBLEIA POPULAR

Apoiada pelo MFA e convocada pelo nosso Partido, pelo MDP, PS, Movimento da Juventude Trabalhadora, Juventude Operária Católica, Movimento Democrático das Mulheres, União da Juventude de Comunista, União dos Estudantes Comunistas, Juventude Socialista, União dos Sindicatos do Porto-Intermunicipal, Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Comissão Administrativa das Juntas de Freguesia, Cooperativas «Flantrópica» e «António Sérgio», Clube Naval Povense, Casa dos Pescadores, Comissões Liquidatárias do Grémio da Lavoura e Associação Comercial, realizou-se na Póvoa de Varzim, a 1.ª Assembleia Concelhia que é simultaneamente a 1.ª Assembleia Popular no Norte do País e a única que a nível nacional se realiza durante o período eleitoral.

Esta assembleia que teve lugar no Pavilhão do Clube Desportivo da Póvoa, com a presença de largas centenas de pessoas, vem no seguimento de mais de 70 reuniões preparatórias, ultrapassando largamente as 50 previstas, que por todo o concelho foram efectivadas. Foram constituídas oito secções, que, de um modo geral, funcionaram segundo os seguintes temas:

— Autarquias Locais: Juntas de Freguesia; Casas do Povo; Habitação; Transportes; Urbanismo; Saúde e Assistência; Previdência.

— Problemas de Trabalho: Pequenas e Médias Empresas; Inflação e Custo de Vida; Especulação; Desemprego; Sindicalismo.

— Ensino e Cultura: Juventude; Estudantes; Colectividades e Desporto.

— Problemas da Juventude Trabalhadora.

— Situação da Mulher e da Criança.

— Pequenos e Médios Comerciantes.

— Pequenos e Médios Agricultores.

— Problemas da Pesca.

Assim, depois de redigidas as conclusões das numerosas reuniões preparatórias, durante a manhã e a tarde, essas conclusões foram apresentadas e totalmente aprovadas pelo Plenário Final.

Também por unanimidade e aclamação foi aprovada a Proclamação desta 1.ª Assembleia Concelhia da Póvoa de Varzim, que abaixo transcrevemos.

A Assembleia Concelhia da Póvoa de Varzim foi pelo Plenário institucionalizada, passando a Comissão Coordenadora a funcionar como Comissão Executiva Permanente com vista a executar as decisões da Assembleia e dinamizar e organizar a mobilização das populações de acordo com os objectivos definidos pela Assembleia. A Comissão Executiva deverá trabalhar em colaboração com todas as organizações

de trabalho e de vida e a exploração dos grandes capitalistas sobre o Povo Português.

O POVO E O MFA UNIDOS JAMAIS SERÃO VENCIDOS!

Grandes têm sido as passadas que demos. Mas a caminhada é ainda longa e difícil. Saudamos a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros, medidas importantes que permitem ao Governo Provisório uma intervenção maior na vida económica do País. Saudamos a institucionalização do MFA com a criação do Conselho Superior da Revolução, garantia de que a revolução portuguesa não será travada por ninguém. Há, portanto, que prosseguir. Para as medidas já anunciadas pelo Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, pode o MFA contar com o nosso total apoio e empenhamento. A reforma agrária, a nacionalização da grande indústria, dos transportes e do comércio externo são medidas urgentes para cortar definitivamente a possibilidade de a reacção voltar a levantar a cabeça e mostrar os dentes.

São medidas que aprovamos como conclusões desta primeira Assembleia, indispensáveis para os graves problemas de saúde, assistência social, ensino, transportes, preços, salários, etc., sejam resolvidos em favor dos trabalhadores e do Povo Português.

Neste período eleitoral apelamos para uma participação consciente e esclarecida dos trabalhadores e do Povo e saudamos a iniciativa do Movimento das Forças Armadas de elaborar o Pacto do Progresso que garante que a revolução democrática não será posta em causa pelo resultado das eleições. Condenamos como reacçãoárias todas as acções que visem impedir ou dificultar a acção de esclarecimento dos partidos junto das populações. Só os fascistas têm medo que o Povo Português se esclareça porque um povo esclarecido não se deixa subugar por ninguém. Reclamamos um castigo severo para todos os inculcadores em tais acções.

Para construir o socialismo em Portugal é necessária uma participação cada vez maior dos trabalhadores e do

Povo na direcção política e económica do País. A realização desta Assembleia, com as conclusões a que chegámos, a decisão de continuar neste caminho, discutindo em conjunto a situação no Concelho e no País, procurando soluções, dispostos a executar as decisões que tomarmos, são a nossa contribuição para o avanço do processo revolucionário que há de trazer para o nosso povo, e para sempre, a PAZ, a LIBERDADE e a INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

O futuro feliz que queremos para os nossos filhos temos nós que o construímos.

Estivemos a construí-lo hoje!

VIVA O POVO PORTUGUÊS!

VIVA A ALIANÇA DO POVO COM O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS!

Novos livros Estampa

O QUE É O MARXISMO?

V. I. Lenin

Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 8

Preço: 30\$00

LUTA SINDICAL LUTA POLITICA

Lenine

Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 9

Preço: 50\$00

O SENTIDO DO REAL

(Um Comunismo para o Nosso Tempo)

Pierre Juquin

Teses, n.º 13

Preço: 100\$00

O PARTIDO COMUNISTA NA SOCIEDADE SOCIALISTA

N. Gauzner

Cadernos Políticos, n.º 15

Preço: 30\$00

POLITICA DE EMERGENCIA ECONOMICA NACIONAL

Júlio Martins

Teses, n.º 12

Preço: 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército,

9, r/c, Dto.

Telef. 55 56 63 Lisboa-1

Edições SEARA NOVA

I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Recolha e notas de César Oliveira

Preço 40\$00

Grande apresentação na festa a realizar no domingo em Belém

EXPERIÊNCIAS SOCIALISTAS PARA UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

A REFORMA AGRÁRIA NA RDA E A LIBERTAÇÃO DOS CAMPEONESSES

Poucos meses depois da derrota do fascismo, os trabalhadores e camponeses da então zona de ocupação soviética, no território compreendido pela República Democrática Alemã, deram os primeiros passos no sentido da realização da reforma agrária democrática. Concretizaram-se assim os sonhos seculares de centenas de milhares de pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas, pois a terra que trabalhavam passou a pertencer-lhes de facto.

Ao longo de séculos, os príncipes, condes e barões pertenceram às forças da reacção, oprimindo e contendo os esforços pacíficos e democráticos do povo da forma mais brutal. A aristocracia agrária, por meio da fraude, dos assassinatos, dos embustes e da guerra, apropriou-se das terras de milhões de camponeses. Com a realização da reforma agrária democrática, chegou ao fim esse período de domínio dos latifundiários no campo.

INICIATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em cumprimento do Acordo de Potsdam, foi aprovada em Setembro de 1945 uma ordem sobre a reforma agrária, servindo de base para a transformação democrática no campo, convertendo-se num novo elemento para a prosperidade. Na base dessa disposição, foram expropriados sem qualquer compensação:

- Independentemente do montante da economia do latifundiário, do criminoso de guerra e dirigente nazista, foram expropriados todos os prédios e outros bens agrícolas;
- Todas as propriedades agrícolas de mais de 100 hectares com todos os seus pertences e outros bens agrícolas;
- Igualmente, foi incluído no fundo de reforma agrária o conjunto de

latifúndios pertencentes ao antigo Estado fascista.

O objectivo da reforma agrária democrática foi o de aumentar a área económica de menos de 5 hectares. Além disso, visou criar novas condições para os camponeses sem terra, trabalhadores agrícolas e pequenos arrendatários. Para as pessoas transferidas e refugiadas que, em consequência da política de guerra e de roubo, haviam perdido os seus bens e haveres, folhes propiciada terra como base para a construção de uma nova vida. A fim de assegurar o abastecimento dos trabalhadores e funcionários, bem como dos artesãos, de carne e produtos lácteos, foram criados departamentos nas proximidades das cidades, dirigidos por suas respectivas administrações. As unidades existentes e que se ocupavam com a pesquisa agrícola e a formação de mão-de-obra qualificada passaram à propriedade do povo.

Para a realização da reforma agrária, a lei impunha que a divisão da terra tinha que ser feita na base da discussão e aprovação dos camponeses pobres e trabalhadores agrícolas sem terra, em cada local.

Para tanto, foram criadas cerca de 10 000 comissões de reforma agrária nas aldeias, eleitas pela população rural. Esse procedimento garantiu que a realização da reforma agrária ficasse nas mãos da própria população camponesa. A reforma agrária foi, assim, um acto de autodeterminação democrática do povo. Os partidos operários e os sindicatos deram uma ajuda decisiva em tal sentido. As cerca de 10 000 comissões de reforma agrária possuíam um total de 52 292 membros, eleitos pelas populações locais; entre eles, incluíam-se, por exemplo, 19 700 trabalhadores agrícolas, 18 555 camponeses pobres e pequenos arrendatários, assim como 6 352 pessoas transferidas e refugiadas. Devido a este trabalho conjunto, com a consequência da reforma agrária, a classe da aristocracia rural perdeu a sua base económica e social.

De mais de 63 milhões de hectares de terras cultiváveis, compreendidos pela antiga zona de ocupação soviética, cerca de 4,4 milhões de hectares pertenciam aos latifundiários. A maior parte dessa área estava concentrada nas mãos de 6 a 7 famílias de latifundiários. Os verdadeiros produtores, os que trabalhavam a terra eram proletários destituídos de propriedade. No melhor dos casos, eram pequenos arrendatários.

NOVAS RELAÇÕES NO CAMPO

O que fez a reforma agrária? Cumprindo a ordem sobre a reforma agrária, até 1 de Abril de 1946 haviam sido expropriadas 6350 empresas privadas grandes, sem qualquer compensação. Elas compreendiam uma superfície de 2 254 436 hectares de terra.

Calcula-se que as propriedades estatais abarcavam uma superfície de 2 717 056 hectares, integrando o fundo agrícola. Isto equivalia a 33,1 por cento da área agrícola e florestal utilizável de todo o país. Essas terras foram divididas da seguinte forma:

- 124 142 famílias de trabalhadores agrícolas e camponeses sem terra receberam 867 000 hectares;
- 64 578 famílias de pessoas transferidas receberam 565 900 hectares;
- 74 170 famílias de pequenos proprietários receberam 69 800 hectares;
- 55 864 famílias de trabalhadores não camponeses receberam 47 200 hectares;
- 2150 concessões receberam 191 500 hectares (prados e pastagens);
- 387 comissões de ajuda mútua camponesa receberam 53 900 hectares (prados e pastagens).

As administrações locais receberam 301 propriedades, perfazendo um total de 401 900 hectares, para a instalação de centros experimentais e de criação, Duzentos e três administrações de cidades receberam 147 000 hectares para o estabelecimento de empresas encarregadas da produção de verduras e legumes. No total, 325 295 famílias camponesas receberam terras em consequência da reforma agrária democrática. Em média, cada nova propriedade compreendia uma parcela de 7 a 9 hectares. O aumento proporcionado ao pequeno camponeses foi, em média, de 3,5 hectares.

Esses números atestam o surgimento de uma nova época histórica para a vida dos camponeses. E essa reviravolta processou-se graças à participação e cooperação da população camponesa, em apenas um semestre.

O GRANDE DESPERTAR NAS ALDEIAS

A reforma agrária libertou as forças criadoras no seio da população rural. E teve início o grande despertar no campo. A primeira prova disso apareceu já no início de 1946. Não era apenas o primeiro ano do restabelecimento da paz, depois de uma tenebrosa guerra que arruinou centenas de aldeias e converteu centenas de milhares de hectares de terras férteis em montes de ruínas e enorme devastação. Foi a primeira Primavera durante a qual as actividades foram realidades de modo organizado e com êxito, em curto espaço de tempo. Os proprietários livres, trabalhando terra própria, enfrentaram o duro trabalho com um entusiasmo totalmente novo.

Por intermédio da reforma agrária, processou-se, pela primeira vez, uma aliança real e prática entre a indústria e a agricultura, entre a cidade e o campo, entre os trabalhadores e camponeses. Milhares de trabalhadores e intelectuais transferiram-se em alguns meses para o campo como o fim de ajudar os trabalhadores agrícolas, os pequenos proprietários e os transferidos na divisão dos bens de consumo, na medição da terra, na edificação de novas empresas: agrícolas, na reconstrução de aldeias, através de conselhos e obras, empunhando máquinas e aparelhos diversos e materiais de variado tipo. Os trabalhadores da indústria enviaram

brigadas de operários para o campo, cidades e grandes empresas firmaram acordos sobre a reconstrução e construção de novas aldeias. Surgiu uma nova relação entre a cidade e o campo, na base de uma amizade sadia. Tudo isto nasceu com a reforma agrária.

As novas administrações, de carácter democrático, enquadravam as tarefas no contexto da ajuda planificada à população do campo,

prevendo o apoio através de vários meios, como o envio de agrónomos, montagem de escolas, etc. A reforma agrária aproximou as cidades, os camponeses e as novas administrações democráticas estatais. E isto foi um dos mais importantes êxitos alcançados, concorrendo para a plena libertação dos camponeses, que, hoje, na agricultura socialista da República Democrática Alemã, é um facto plenamente consumado.

SEIS PERGUNTAS E SEIS RESPOSTAS

OS «KOLKHOSSES» E O ESTADO SOVIÉTICO

A economia da URSS é um todo indivisível a desenvolver-se de acordo com um plano único. Ao mesmo tempo, os «kolkhosses» (cooperativas camponesas), que propõem, no país, metade da produção agro-pecuária mercantil, traçam os planos de sua actividade e administram-na autonomamente.

Qual é, pois, o mecanismo socioeconómico através do qual os planos de desenvolvimento das fazendas colectivas autónomas se conjugam com o plano único de fomento económico do país, no seu todo?

— O que é mais importante para um «kolkhoss» cumprir na integral dos compromissos assumidos perante o Estado ou cuidar, em primeiro lugar, dos interesses dos seus próprios camponeses — membros da fazenda colectiva?

No Capítulo I do Modelo de Estatuto aprovado no 3.º Congresso dos «kolkhosianos» da URSS, a 27 de Novembro de 1969, o qual constitui a lei fundamental da vida do «kolkhoss» na URSS, os principais objectivos do «kolkhoss» soviético são definidos da forma seguinte:

- Fortalecer e impulsionar a economia pública;
- Produzir e vender ao Estado, cada vez mais produtos agro-pecuários através da intensificação e do reapetrechamento técnico da produção;
- Cuidar da educação comunista dos «kolkhosianos» sob a direcção das entidades do partido;
- Melhorar e satisfazer as crescentes necessidades materiais e culturais dos «kolkhosianos» e melhorar as condições de sua vida.

Entre estes quatro objectivos existe uma estreita ligação, razão por que a nenhum deles se pode dar preferência sem violar, com isso, a lei fundamental da vida do «kolkhoss».

— De que modo dirige o Estado os «kolkhosses»?

A acção do Estado é exercida, em primeiro lugar, mediante uma administração directa. O Estado, por exemplo, fornece ao «kolkhoss» o plano de compra (pelo Estado) de tais ou tais produtos. Trata-se de uma espécie de encomenda feita ao «kolkhoss» pela sociedade, a qual tem força de lei.

Em segundo lugar, são empregados métodos de incentivo económico, ou seja, todo um sistema de medidas económicas: política de formação dos preços, incentivos para que os «kolkhosses» vendam mais produtos do que os previstos no plano, abastecimento técnico-material, etc.

Remuneração mais elevada

Nas condições da URSS, finalmente, são de grande efeito os métodos de administração em que se faz uso de factores sociopsicológicos. Os turistas estrangeiros que vêm à URSS, às vezes, estranham ao ver na primeira página dos maiores jornais do país fotografias de simples tractoristas, mineiros ou metalúrgicos com maior frequência do que as de algum dirigente político. Este é, realmente, um dos traços peculiares do modo de vida soviético. Além de uma remuneração mais elevada do seu trabalho, todo o cidadão que se destaca na produção é alvo de altas homenagens por parte da sociedade: esta confere-lhe por isso ordens e medalhas, títulos honrosos, publica as suas fotografias na primeira página e assim por diante.

— Como se têm desenvolvido as relações entre os «kolkhosses» e o Estado na URSS?

Em 9 de Março de 1955 foi aprovado um decreto em cujos termos era alterada a prática usada até aí no planeamento agro-pecuário. Dai por diante, o Estado passou a estipular apenas o plano de venda de produtos, passando ao próprio «kolkhoss» o direito de determinar tudo o mais: qual a quantidade de produtos que lhe cabe semear para as suas próprias necessidades, que culturas e em que campos devem ser semeadas; em que época lhe cabe lavar a terra e quando colher a safra, quanto gado criar, etc.

Os primeiros passos

Nos começos da década de 30, cada «kolkhoss» recebia directivas «de cima» a estipular, por exemplo, que culturas e em que quantidade ele devia semear, qual devia ser o seu rendimento, que tipo de gado e quantas cabeças devia criar, etc.

Isto devia-se ao facto de que, nos alvares da vida dos «kolkhosses», não se dispunha de experiência como se devia administrar uma fazenda de modo planificado; os primeiros «kolkhosses» do país eram pequenos, dispunham de maquinaria escassa e quase não tinham gente especializada. O próprio presidente do «kolkhoss» era, como regra, apenas um membro mais activo da cooperativa ou um operário enviado da cidade para ajudar o «kolkhoss», o qual não tinha instrução especial, nem prática, nem havia dirigido antes outra empresa deste género.

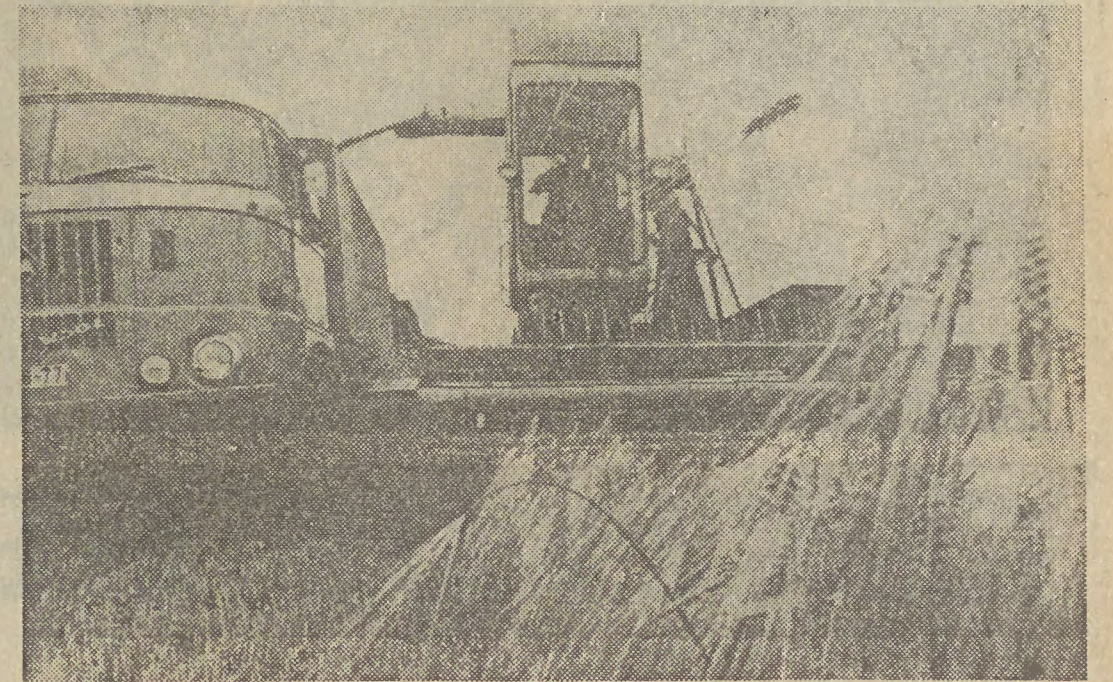
Nas vésperas da segunda guerra mundial contra a Alemanha fascista (1941-1945), ou seja, passados dez anos desde que começara a colectivização da produção agro-pecuária em massa, no país havia 235 500 «kolkhosses» a unir 18,7 milhões de famílias camponesas. Mas nesta mesma época, no campo, havia apenas 19 mil agrónomos, zootécnicos e veterinários, isto é, em média, apenas um profissional para cada 12 ou 13 «kolkhosses».

A título de comparação, eis os dados do ano de 1970: os «kolkhosses» pequenos uniram-se formando outros maiores, razão por que o seu número baixou para 33 mil. Mas o número de profissionais diplomados que hoje trabalham nos «kolkhosses» subiu para 234 mil. Por conseguinte, agora um «kolkhoss» dispõe, como média, de 7 agrónomos, zootécnicos e veterinários, sem contar os economistas, engenheiros, químicos e técnicos em melhoramento do terreno.

Melhor uso da terra

Eis porque, em 1965, o Estado adoptou uma decisão da máxima importância: o plano de venda de produtos da agropecuária a ser cumprido por cada «kolkhoss», deve ser feito e permanecer invariável durante vários anos. Dispõe de um plano-encomenda fixo, o «kolkhoss» pode fazer um uso mais proveitoso da terra, implantar uma estrutura avançada de áreas cultivadas e uma justa rotação de culturas; predefinir o número de cabeças de gado a criar e a sua produtividade tendo pela frente uma perspectiva clara e precisa. Com isso, os «kolkhosses» passaram a ter condições reais para se especializarem na produção de determinadas culturas.

— Mas na prática as necessidades do país aumentam ano a ano, ao tempo que o plano-encomenda continua invariável. Não haverá nisso uma contradição?



des empresas agro-pecuárias mecanizadas, dispo de técnicos e dirigentes capazes e competentes.

Em 9 de Março de 1955 foi aprovado um decreto em cujos termos era alterada a prática usada até aí no planeamento agro-pecuário. Dai por diante, o Estado passou a estipular apenas o plano de venda de produtos, passando ao próprio «kolkhoss» o direito de determinar tudo o mais: qual a quantidade de produtos que lhe cabe semear para as suas próprias necessidades, que culturas e em que campos devem ser semeadas; em que época lhe cabe lavar a terra e quando colher a safra, quanto gado criar, etc.

— Por conseguinte, desde 1955, o Estado limita-se a exigir que um «kolkhoss» lhe venda uma determinada quantidade de produtos. E se o Estado tiver a necessidade de aumentar, diminuir ou introduzir outra mudança qualquer nesta quantidade de produtos?

— Na prática, realmente, eram frequentes os casos em que o Estado, partindo das suas necessidades, mudava o plano de venda a ser cumprido pelo «kolkhoss». Quando no país faltava, por exemplo, trigo, aos «kolkhosses» impunha-se o dever de vendê-lo ao Estado em maior quantidade; quando faltava, digamos, carne de aves — aos «kolkhosses» cabia aumentar o número de frangos. O objectivo do Estado, que com isso procurava atender às necessidades mais imediatas do povo, era justo, mas em vista disso os «kolkhosses» viam-se obrigados a violar a devida rotação das culturas e a mudar a sua especialização...

O sistema de 1965 previa: o plano fixo de compra de produtos é, de facto, a encomenda-mínima feita pela sociedade ao «kolkhoss». No quinquénio corrente (1971-1975), aos «kolkhosses» e «sovkhosses» soviéticos foi apontada a necessidade de, além de cumprirem o plano fixo, venderem ao Estado acima do plano, como mínimo, 35 por cento de cereais e de 8 a 10 por cento de produtos da pecuária. Os «kolkhosses» sentem-se interessados nisso; para incentivar a venda de produtos acima do plano, o Estado mudou a política dos preços. Em 1965 foram elevados os preços de compra dos cereais. Pelo trigo, centelo e algumas outras culturas vendidas acima do previsto no plano, o Estado passou a pagar 50 por cento a mais. Em 1970 foram elevados os preços de compra pelo Estado dos produtos da pecuária e, além disso, estabelecidos preços maiores pelos produtos vendidos acima do plano.

— O que proporciona o Estado ao «kolkhoss»?

Na URSS, muitos serviços

CURSOS AGRÍCOLAS NA UNIÃO SOVIÉTICA

Na União Soviética existem, presentemente, 5900 escolas de ensino técnico profissional, das quais uma quarta parte forma mecânicos para a agricultura, nomeadamente tractoristas, motoristas de camións e de ceifeiras-debulhadoras. Todos os anos, nas escolas rurais de ensino técnico profissional formam-se aproximadamente meio milhão de técnicos que se destinam aos mais variados sectores da agricultura.

Na República Federada da Bielorrússia, uma das dezasseis repúblicas em que se encontra dividida a União Soviética, existe uma destas escolas nos arredores da pequena cidade de Slutsk.

Os alunos recebem ordenados

Os cursos nas escolas duram um ou dois anos de acordo com a profissão escolhida e como em qualquer outro estabelecimento de ensino na União Soviética os estudos são gratuitos, pois as escolas são mantidas através de verbas concedidas para este fim no orçamento do Estado. Como em toda a União Soviética os alunos da escola de Slutsk recebem ordenados.

Além disso têm direito a alimentação, residência e vestuário gratuitamente. Sempre que um aluno é enviado para estudar na escola por um kolkhoss (cooperativa agrícola de camponeses) interessado em dispor mais tarde de um bom mecânico, este pode-lhe custear a mensalidade, que é, em regra, mais elevada do que a do Estado.

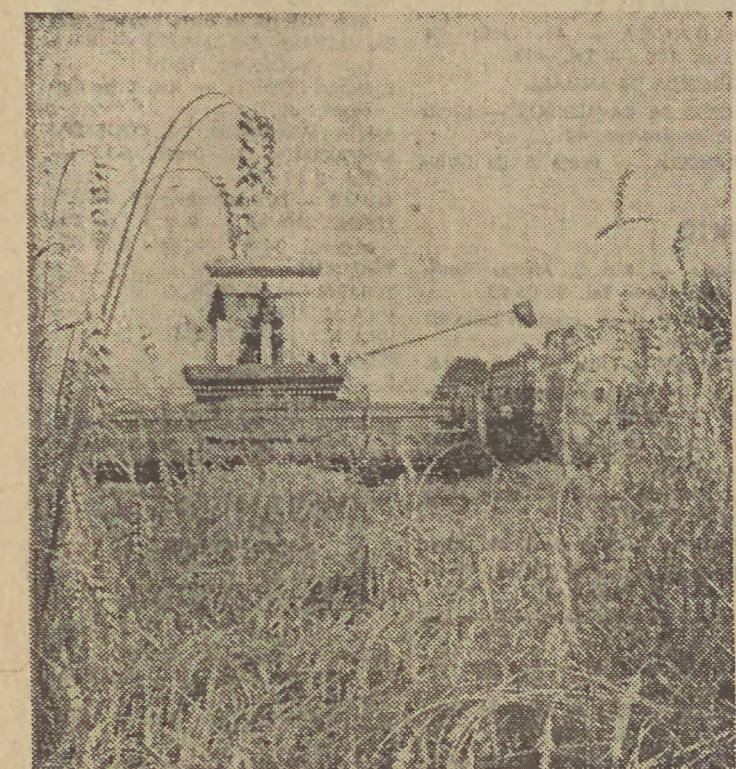
Na escola de mecanização rural de Slutsk são admitidos jovens que completaram oito anos de estudos, correspondentes ao curso secundário incompleto.

Nesta escola procura-se agora ampliar o número de matrículas. Para isso, junto ao edifício em que estão 15 salas com projectores de cinema, televisores e gravadores, está a ser construída uma casa de cinco andares que se destinará aos estudantes e que contará com 400 alojamentos. Presentemente a escola pode comportar mil alunos. Para o ano que vem começarão as obras de mais um edifício em que serão instalados o novo refeitório, o ginásio e o salão nobre.

Entretanto, nas oficinas onde os alunos adquirem os seus conhecimentos existem máquinas agrícolas modernas. Dos 45 tractores T-150 que só recentemente começaram a ser fabricados em série pela indústria do país.

Por outro lado, a fazenda onde se realizam os trabalhos práticos tem 1700 hectares de terra, 700 dos quais são de sementeira. Os alunos plantam ali trigo e batatas entre outros produtos e armazenam forragem para o gado bovino, já que o rebanho desta fazenda possui 1200 cabeças de gado. Com estas instalações e a ajuda do Estado os alunos aprendem na prática a trabalhar no campo, dando assim o seu contributo para uma sociedade em pleno desenvolvimento.

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias



MELHORA A PRODUTIVIDADE NOS CAMPOS DA BULGÁRIA

No decorrer dos anos do Poder Democrático Popular registaram-se profundas alterações na economia rural da Bulgária. Trinta anos de vida livre e democrática converteram as pequenas propriedades individuais, pequenas, dispersas e pouco rentáveis, num campo cooperativizado e altamente mecanizado.

Desenvolveu-se constantemente a sua base material e técnica e tiram-se os frutos de uma maior aplicação à agricultura do progresso técnico. Como resultado de tudo isto, aumentou o rendimento das explorações, quer nas cooperativas quer nas propriedades do Estado, permitindo a melhoria de vida dos camponeses e dos operários.

Conseguiu-se assim que na agricultura, tal como na indústria, se cumpria o lema do Poder Popular: elevar o nível de vida dos trabalhadores. Durante os últimos quinze anos tem vindo a cumprir-se com êxito o objectivo

posto pelo Poder Popular: equiparar gradualmente o nível de vida dos camponeses cooperativizados com o dos operários e empregados. Desde 1965 que o quantitativo global dos rendimentos nominais e reais dos camponeses das cooperativas tem crescido mais rapidamente que o dos operários.

A base material que fundamenta estas vitórias na melhoria de vida no campo búlgaro consiste na superação do atraso económico e cultural que existia nos campos. Libertado do trabalho assalariado e da exploração, dotado com novas técnicas e especialistas agrícolas, o campo búlgaro ganhou nova fisionomia.

A economia rural búlgara situa-se cada vez mais sobre bases industriais, convertendo-se o trabalho agrícola numa variedade do trabalho industrial. Aumenta assim rapidamente a produtividade do trabalho e diminui o preço de custo dos produtos de origem agrícola.



● O camarada Joaquim Chissano, primeiro-ministro de Moçambique, declarou na saudação de boas-vindas à delegação portuguesa que se deslocou a Lourenço Marques para a terceira fase das conversações económico-financeiras com a FRELIMO: «Nós estamos a dialogar com verdadeiros representantes do povo português. Portanto, estas conversações vão preparar as condições para o aceleramento do processo revolucionário moçambicano e português». Chissano afirmou a sua vontade e confiança no aprofundamento de fraternas relações com Portugal.

● Por decisão da Comissão Nacional de Eleições, foi sujeito às sanções previstas pela lei um sacerdote que tentou induzir os eleitores a não votar em certos partidos.

● A convite da juventude do MPLA, delegações da Pró-UNEP e da Juventude do MDP/CDE, estão a participar, em Luanda, nas jornadas promovidas por aquele movimento para comemorar a luta anti-imperialista e anticolonialista da juventude e estudantes de Angola. Estas jornadas têm a intenção de enquadramento o dia 14 de Abril, aniversário do assassinio, em 1969, do comandante Hóji-Henda, herói do povo angolano e figura fundamental na criação da juventude do MPLA.

● Por iniciativa da Pró-UNEP e do Secretariado da União Internacional de Estudantes (UIE), vai realizar-se em todo o mundo, de 25 de Abril a 1 de Maio próximo, uma semana Internacional de solidariedade com o povo e os estudantes portugueses. Para contactar directamente com o movimento associativo dos estudantes portugueses, virão a Portugal delegações de quase todas as uniões nacionais de estudantes.

● Por resolução do Conselho de Ministros, foram nomeadas novas administrações para seis empresas—quatro ligadas ao sector das pescas, uma ao fabrico de confeções e outra ao ramo metal-mecânico.

● O jornal da RDA «Berliner Zeitung», referindo-se às múltiplas tentativas da reacção internacional para pôr em causa o processo revolucionário em Portugal, declara: «Na região do Mediterrâneo, registaram-se, nos últimos meses e semanas, actividades mais intensas de círculos influentes da NATO, que seguem a sua tendência fundamental para assegurar e ampliar as posições situadas nesta área, procurando, assim, impedir o desenvolvimento das forças democráticas em países como Portugal e a Grécia e, de mansina preventiva, também em Espanha.»

● Uma vez mais a provocação reacçãoária se fez sentir na tentativa de boicote do comício do nosso Partido realizado no lugar do Bunheiro, Murtosa. Mas desta vez o grupo de arruafeiros não ficou impune. Alertadas as Forças Armadas, foram efectuadas prisões. O referido grupo terá agido por ordem de um tal «Oneco», o que leva a pensar tratar-se de um grupo treinado com o objectivo de fazer provocações e boicotar comícios.

● A revista brasileira «Manchete», propriedade do fascista brasileiro Bloch, desistiu da sua distribuição em Portugal. Um exemplo, que desejáramos ver seguido por toda a reacção internacional que anda por cá em suspeitas digressões...

● Foi ratificado, em Conselho de Ministros, o acordo entre Portugal e a União Soviética sobre navegação mercante, assinado em Moscovo, em 20 de Dezembro do ano passado.

● Segundo um relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a taxa de inflação baixou em Portugal.

● A directora da Biblioteca Estatal da União Soviética, filha do camarada Kossyguine, agradeceu uma oferta de livros portugueses—os exemplares mais representativos da actividade editorial da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



● «Povos do mundo, luta! por transformar os princípios da coexistência em leis das relações entre Estados de regimes sociais diferentes»—esta a palavra de ordem que encabeça a mensagem do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, que será divulgado por ocasião do 1.º de Maio, mensagem que inclui uma saudação fraterna à «classe operária, aos trabalhadores e a todos os democratas de Portugal em luta contra as forças retrógradas».

● Foi divulgado, para debate público, o texto da nova Constituição cubana, cuja aprovação representa a fase final da institucionalização do regime revolucionário cubano.

● Pinochet foi convidado a visitar a Argentina pela presidente Maria Estela Perón.

● As vendas norte-americanas de armas a países estrangeiros, de versão totalizar este ano cerca de 7200 milhões de dólares, ou seja, oito vezes mais o nível de há cinco anos. A indústria da guerra dos EUA é fértil em lucros para o beluarte do imperialismo.

● Os EUA mantêm a sua recusa de contribuir para o fundo especial para o desenvolvimento industrial conforme recente recomendação da 2.ª conferência da ONUDI em Lima. Os EUA não estão naturalmente interessados num real auxílio a países subdesenvolvidos. O «auxílio» em que o imperialismo norte-americano está de facto interessado, é um «auxílio» com a contrapartida de chorudos lucros ou cedências políticas.

● Segundo um relatório elaborado por médicos chilenos, militantes da resistência contra a Junta Militar fascista, um terço das crianças de menos de 6 anos, que vivem nos bairros marginais de Santiago do Chile, encontram-se em estado de desnutrição. Comparando os números actuais com os de 1974, verificamos aumentos de quase 50 por cento.

● A UPACH, União dos Jornalistas Antifascistas do Chile, denuncia o assassinato de 12 jornalistas e a prisão de 50, que foram torturados pela Junta Militar fascista.

● O ministro peruano dos Negócios Estrangeiros, Miguel Angel de La Flor, denunciou tentativas de divisão entre os países latino-americanos, com a criação de conflitos artificiais. De La Flor afirma que tais conflitos favorecem unicamente os vendedores de armas sem escrúpulos.

● A moeda do Uruguai foi desvalorizada em 3 por cento, pela sexta vez consecutiva em 1975. Desde Janeiro de 1974, o peso do Uruguai sofre desvalorizações quinzenais.

● Em comentário dedicado ao Brasil, a «Radio Havana Cuba» afirmou que o Brasil é, de entre os países da América Latina, o que regista maiores índices de mortalidade infantil. São também muito elevados os índices de analfabetismo e desemprego, enquanto cerca de um quarto do orçamento nacional é consagrado à compra de armamentos e à repressão. Na cidade de S. Paulo, só pouco mais de metade da população dispõe de água corrente e um terço de esgotos. Em 1974 mais de 3000 crianças morreram com meningite. Estes alguns dados do «milagre brasileiro».

● Cerca de 80 000 estivadores japoneses fizeram uma greve de 24 horas em apoio das suas reivindicações salariais e melhoria de condições de trabalho.

● Nelson Rockefeller, multimilionário e vice-presidente dos EUA, declarou que os EUA devem decidir «se estão prontos a pagar o preço que for necessário para conservar a liberdade fora dos Estados Unidos, de modo a conservá-la igualmente no interior dos Estados Unidos». Atendendo ao conceito da liberdade de contos que possui e que naturalmente quer defender, esta declaração mais não é que um apelo ao reforço da intervenção do imperialismo americano no estrangeiro, para sufocar a liberdade dos povos e em particular no Vietname.

● A firma United Brands, possuidora de importantes plantações de bananas, teria oferecido milhões de dólares de «gorjetas» a altos funcionários de alguns países, com o objectivo de obter reduções no imposto de exportação de bananas.

● Setenta mil professores são anualmente agredidos nos Estados Unidos, assim como centenas de milhares de alunos. Actos de vandalismo nas escolas provocam anualmente estragos da ordem dos 500 milhões de dólares.

informação

A revolução portuguesa na boca de Soljenitsyne

Numa conferência de Imprensa, em Paris, quando do lançamento do seu último livro, Alexandre Soljenitsyne, que deve ter de si próprio uma elevada opinião sobre a vontade com que deita cá para fora as maiores injúrias e incongruências, declarou sobre Portugal que há hoje mais gente presa do que no tempo de Salazar e Caetano, e que o nosso país está a provar que «o totalitarismo nasce de uma democracia fraca e mal preparada».

Não foi naturalmente só sobre Portugal que uma «inteligência» tão «universal» se debrochou. As declarações que fez sobre as várias questões da situação política internacional, dentro da nítida coerência de «pensamento» deste «intelectual» em nada destoam dos pronunciamentos sobre o nosso país. A par das habituais calúnias à União Soviética, aludiu a uma «demissão» do Ocidente, que, pelos vistos, não seria suficientemente enérgico para intervir no que se passa nos países socialistas. No que respeita ao Vietname, a sua «análise» ultrapassa tudo o que se poderia esperar, mesmo dum renegado como Soljenitsyne. Segundo este, Henry Kissinger, ao assinar os acordos de Paris em 1973, teria assinado «a condenação à morte do Vietname do Sul». Donda há que deduzir que Soljenitsyne defenderia a continuação da intervenção do imperialismo americano no Vietname e nomeadamente os criminosos bombardeamentos à República Democrática do Vietname, universalmente condenados por todas as forças progressistas e amantes da paz, nomeadamente pelo povo americano. As vedetas da reacção podem dar-se ao luxo de afirmar o que os dirigentes dos países imperialistas, pelo mais evidente tacto político, nunca poderiam dizer publicamente.

Numa única coisa estamos parcialmente de acordo com este senhor. Quando declara «não tenho ideias políticas». O que é lamentável é que a despeito desta consciência tenha o despudor de falar com tanto à vontade de ideias que, pelos vistos, não tem.

Soljenitsyne é uma figura conhecida. Poderíamos dizer, tristemente célebre. Em nome da ausência de liberdade (para escória do seu género, naturalmente) Soljenitsyne trocou a União Soviética pelo Ocidente, onde o anticomunismo goza inteiramente de livre trânsito. Era isso o que lhe convinha. Esquerdistas e oportunistas de todos os matizes bajularam-no pela sua «coragem» e lamentaram a sorte dos outros pobres soljenitsyns, que terão ficado por terras socialistas a penar a impossibilidade de despaierem livremente o seu veneno contra uma terra onde não há privilegiados. O coro de lamentações teve também a activa participação de todas as forças retinamente reacçãoárias, em particular do fascismo português, que nunca perdia oportunidade, como é óbvio, de pintar como um inferno dan-tesco as terras que dizia estarem para lá duma «cortina de ferro». O anticomunismo fomenta destas alianças, aparentemente bizarras. Que nos consta nunca, durante o fascismo, Soljenitsyne se refugiou aos presos em Portugal. Nunca e preocupou o totalitarismo das forças terroristas dos monopólios e dos latifundiários. A tortura, os assassinatos, a inexistência das mais elementares liberdades, não preocupava esta vedeta do anticomunismo. Unindo a sua voz à da reacção internacional e a de vários matizes de pseudo-revolucionários manebrados pelos dedos ágeis da CIA, Soljenitsyne ataca hoje a revolução portuguesa. Apoda de totalitarismo a liberdade. Preocupa-se com a sorte dos criminosos, dos ladrões, da liberdade do nosso povo, dos assassinos de alguns dos seus melhores filhos, que justamente se encontram presos. Para quem não o sabia fica bem clara a natureza dos «crimes» de que acusa a pátria que renegou.

Fraternidade revolucionária entre Portugal e a Guiné-Bissau

O camarada Vasco Cabral, comissário para a Economia e Finanças do Governo da República da Guiné-Bissau, esteve em Lisboa. A profunda solidariedade entre os povos de Portugal e da Guiné-Bissau, solidariedade que vem dos tempos em que, lado a lado, lutaram contra o fascismo e o colonialismo, são uma constante nas palavras proferidas por Vasco Cabral, que afirmou: «Nesta fase de transição» solidária devem os nossos dois povos «estudar a maneira de, em conjunto, aniquilar todas as futuras tentativas reacçãoárias».

«Temos os melhores laços com o Governo e com o Povo Português—e desejamos reforçar, cada vez mais, esses laços e estreitar, do mesmo modo, a cooperação entre os nossos governos e povos. Esse, outro dos objectivos da nossa vinda aqui.» E exactamente porque o Governo Português segue uma política progressista, está a construir uma sociedade nova, está a construir uma democracia, está a defender os interesses do povo português, que, forças reacçãoárias querem anular e vitar essa marcha para a frente» afirmou o camarada Vasco Cabral, que sublinhou a propósito: «No nosso país, também certas forças reacçãoárias que estavam ligadas ao colonialismo português prosseguem os mesmos objectivos. Foi o que pudemos apurar da tentativa recentemente descoberta na Guiné-Bissau e que aniquilámos. Há estreitas relações entre as forças reacçãoárias aqui em Portugal e no nosso país, e o ex-general Spínola, que representava exactamente esse colonialismo português, é o homem ligado a tais intenções.

«Na nossa terra—asseverou—acontece precisamente que, elementos antes ligados com o ex-general Spínola, elementos deixados por ele no sentido de restaurar o colonialismo, no sentido exacto de defender os interesses de potências imperialistas, foram apanhados e desmascarados, fornecendo-nos provas efectivas dessas relações.»

A propósito da discussão, com o Governo Português, de problemas de ordem económica, Vasco Cabral declarou:

«Estamos numa fase de transição, temos certas dificuldades de ordem económica. Temos mesmo uma certa inexperiência, no que respeita a certas soluções. Acontece que, em Portugal, também se está numa fase nova, em que é preciso construir tudo de novo, pelo que, precisamos de trocar ideias que nos podem auxiliar mutuamente e servem ao mesmo tempo, para reforçar e estreitar os laços de amizade e cooperação que existem, e são de facto uma realidade, entre os nossos dois Povos e as nossas duas Nações.

«Mas, também penso que podemos estudar a maneira de, em conjunto, aniquilarmos todas as futuras tentativas reacçãoárias, pois vão aparecer mais.»

Referindo-se ao auxílio de Portugal, Vasco Cabral manifestou compreensão «pelas dificuldades económicas que Portugal tem neste momento» e acrescentou: «No entanto tem havido a melhor colaboração possível e as nossas relações de amizade têm-se estreitado cada vez mais. Aliás, espero que a minha vinda aqui possa contribuir ainda mais para um reforço dessas relações, tanto no plano económico como noutras campos.»

Uma lei das relações internacionais esquecida pelo mundo capitalista

O Parlamento Europeu, Assembleia da Comunidade Económica Europeia (CEE), aprovou uma moção em que se pede às autoridades responsáveis de Portugal e a «todos os democratas» «para que nas próximas eleições à Assembleia Constituinte seja garantida a mais larga e livre participação popular, seja facultado o exercício dos direitos democráticos fundamentais a todos os cidadãos e que seja respeitada a vontade popular». Foi ainda referida a «inquietação» causada por «certos aspectos negativos do desenvolvimento da democracia em Portugal».

Na votação efectuada não se verificou unanimidade, tendo havido recusas e abstenções.

Entretanto, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos nove países componentes da CEE tiveram uma reunião confidencial em Dublin, onde seria debatida a situação política internacional, nomeadamente em Portugal.

A animosidade do mundo capitalista pelo processo revolucionário que se vive em Portugal tem vindo a revestir-se das mais diversas formas. Não é esta ou aquela organização, em particular, que estão em jogo. Trata-se de uma reacção global, como se se pretendesse isolar um corpo estranho, ou sujeitá-lo a um «tratamento de choque», que permitiria a sua reabsorção. Desde os «apelos» ao respeito pela democracia, as formas mais ou menos veladas de boicote económico, pelo levantar das mais variadas dificuldades ao comércio, tanto nas exportações como no pagamento das importações, pela paralisação de investimentos e o fecho de indústrias implantadas no nosso país pelo capital estrangeiro, à campanha na imprensa em que, no mínimo, se pretende dar uma imagem de anarquia, caos e violação sistemática de liberdades, às tentativas de pressão por via diplomática ou a defesa de um auxílio económico condicionado por cedências de ordem política—tudo tem sido tentado para travar o processo democrático em Portugal.

Como qualquer povo livre, o povo português não está naturalmente disposto a tomar rumos diferentes daqueles que correspondem aos seus reais interesses, para agradar aqueles a quem a democracia portuguesa incomoda. Não se trata da teoria do «orgulhosamente sós», que patenteava a impotência do fascismo quando se tornou insustentável a sua defesa no âmbito internacional. O povo português tem a seu lado todos os países e forças progressistas, todos os povos do Mundo. O que está em causa é a pretensão, enroupada de supostos desejos de liberdade, democracia ou paz para o nosso país, de

interferir de facto em problemas que só a Portugal dizem respeito. Este o verdadeiro significado da moção aprovada por uma maioria de delegações do Parlamento Europeu. Acaso nós pedimos ao Governo da Inglaterra, de França ou da RFA, para que garantisse as liberdades nas eleições que se realizam nos seus próprios países? Acaso falamos dos «aspectos negativos» da evolução política desses países e nos baseamos em tais considerações para tentar intervir de facto nessa evolução política? Não. Portugal não se intromete nas questões que compete aos povos dos respectivos países resolver. Não tem in-



teresses a defender na Inglaterra, ou na França ou na RFA. A questão está em que a inversa não é verdadeira.

Como já foi por diversas vezes afirmado pelas autoridades responsáveis da Portugal, a quem a CEE dirige o seu apelo, Portugal pretende manter relações com todos os países e está disposto a garantir segurança aos investimentos estrangeiros, que aliás não são necessários, desde que respeitem as nossas leis, o que implica a redução dos superlucros que o fascismo facultava, e a não intervenção na problemática política do nosso país. Trata-se duma lei que o clima de coexistência pacífica conquistado pela luta tenaz do mundo socialista e todas as forças amantes da paz impuseram como lei elementar nas relações entre os países. Lei que o mundo capitalista está a esquecer em relação a Portugal. E que convém relembrar.

A reacção pede ajuda ao imperialismo

É amplo o arsenal a que a reacção recorre para atacar a jovem revolução portuguesa e nulos os seus escrúpulos na utilização de qualquer arma. Serve tudo o que possa ferir a democracia em Portugal. Mesmo os apelos ao imperialismo—feitos por «portugueses»—para que se intrometa em questões internas do nosso país. O exemplo vem-nos dos Estados Unidos, onde se publica um pasquim intitulado «Portuguese Times», cujo director é o tal António Alberto Costa. Em editorial de 27 de Março, este senhor declara: «Os acontecimentos em Portugal, como os interpretamos, convencem-nos de que chegou a hora de tomarmos uma acção consciente e activa. Antes que seja tarde de mais—se já não o é.»

«Convencidos de que muito pode fazer o Governo norte-americano para evitar que Portugal chegue ao ponto de não-retorno, acreditamos que compete a cada um de nós—nos que acreditam na verdadeira democracia política—agir imediatamente, a fim de pressionar os líderes dos Estados Unidos da América do Norte a utilizarem toda a sua influência junto do actual Governo Provisório de Portugal, para que não se continue a violar o direito de associação, a liberdade de imprensa e o direito de votar livremente (sem coacções de espécie alguma.»

O sr. Alberto Costa informa seguidamente os seus leitores da que o «Portuguese Times» tomou a iniciativa de enviar um telegrama aos senadores Kennedy, Brocke, Pastore, Pell e Buckley, com o seguinte texto: «É urgente forte oposição ao Comunismo em Portugal. Sabemos que jornalistas que criticam a política do Governo são multados e detidos. Publicações anticomunistas são suspensas. EU têm que se pronunciar abertamente.» O editorial termina com o apelo para que se multipliquem telegramas de idéntico teor e sugere mesmo a organização de uma manifestação frente à Embaixada de Portugal nos EUA e à Casa Branca.

Este texto provocatório é posterior à intenção reacçãoária de 11 de Março e não será certamente a única forma a que a reacção portuguesa, cá e no estrangeiro (e as suas hostes no estrangeiro estão a aumentar gradamente...), tem recorrido para tentar um reforço das múltiplas tentativas de intervenção nos assuntos internos do nosso país, que tem havido por parte do mundo capitalista. Na opinião dos senhores do pasquim editado nos EUA, isso não chega.

Na «prosa» do «Portuguese Times», há alguns aspectos interessantes. Para este jornaleco reacçãoário, o tempo urge, se é que se quer ainda salvar a «verdadeira democracia política» em Portugal. Admitem mesmo que seja tarde de mais. E este é o único ponto em que estamos virtualmente de acordo. Sim, senhores do «Portuguese Times» e C. É tarde de mais. Já atingimos esse tal ponto de «não-retorno». Caminhámos para o socialismo. Temos demonstrado ter forças para nos opormos decidida e encarnadamente a um retorno ao do fascismo.

Nunca a reacção portuguesa falou tanto de democracia e liberdade como depois do 25 de Abril. E no entanto essas palavras tinham sido proibidas pelo fascismo na boca dos que em Portugal lutaram incansavelmente pela liberdade. Pelo que cá da pena dos escrevinheiros porta-vozes do capital, qualquer incauto deduziria que o 25 de Abril foi antes um 28 de Maio, que com a aurora da liberdade nasceu o fascismo em Portugal. Isto não é por acaso. Os direitos, as liberdades, a «verdadeira democracia» que estes senhores defendem correspondem de facto aos direitos, liberdades e «democracia» que a ditadura fascista defendia. E a liberdade para os monopólios, os donos do capital nacional e internacional, explorarem a seu bel-prazer a nossa terra e o nosso povo. A liberdade de imprensa e associação para a reacção. A liberdade de votar no partido-único fascista. Essa de facto está em causa.

Quem sempre apelo, e continua a fazê-lo hoje, para a intervenção estrangeira (que aliás se intromete mesmo sem apelos) é a reacção. Hoje está bem claro quem são de facto os TRAIDORES à Pátria.

A moral da social democracia e a moral dos comunistas

A solidariedade da social-democracia sueca ao PS português tornou-se oficial. Num comunicado largamente difundido, o Partido dos Trabalhadores Sociais-Democratas da Suécia e a respectiva Organização Sindical pronunciaram-se sobre as eleições portuguesas.

«A principal garantia para a consolidação e o desenvolvimento da democracia—afirma-se no documento—é um sucesso para o Partido Socialista, que encabeça o movimento democrático socialista em Portugal. O Partido Socialista tem largo apoio do povo português e possui grandes recursos humanos. Mas, ao contrário das forças de direita e dos comunistas, tem grande falta de dinheiro e de recursos materiais.»

Segue-se um apelo: «A Organização Sindical na Suécia e o Partido dos Trabalhadores Sociais-Democratas da Suécia apela, por isso, para todas as organizações, membros e simpatizantes para que activamente contribuam para a democracia em Portugal, com dinheiro, fazendo petições em comícios, reuniões e em lugares públicos até ao dia 1.º de Maio de 1975.»

Explica-se, depois, aos eventuais contribuintes como encaminhar os fundos do petidório: «As receitas chegarão ao movimento democrático socialista em Portugal, através do fundo António Sérgio. As contribuições devem ser depositadas no fundo de solidariedade, vale postal n.º 107-3. Marca no talão Portugal.»

A circular-apelo é assinada por Gunnar Nilsson, presidente da Organização Sindical, e pelo primeiro-ministro, Olof Palme, presidente do Partido Social-Democrata.

Os factos são esses. Não podem ser desmentidos. Primeiro foi na Holanda. O petidório a favor do PS português rendeu 14 000 contos. Agora é na Suécia. Na República Federal Alemanha saem também, em letra de forma, apelos carregados de emoção a favor da solidariedade com o PS Português. Raramente na Europa, ou em qualquer outro continente, se assistiu a uma campanha com tais características. O que impressiona e choca nesses apelos não é tanto o pedido de ajuda material. É sobretudo o tom da propaganda, o envolvimento de altas personalidades numa campanha de apoio eleitoral a um partido poli-

tico de outro país. De Willy Brandt a Olof Palme, a Europa social-democrata mobiliza recursos e fabrica «slogans» para ajudar o PS Português. Pinta-se de Portugal um estranho quadro. O Partido Socialista é apresentado como «garantia para a consolidação e desenvolvimento da democracia». Procura-se incutir a ideia de que é um partido com grande penetração entre as massas populares. E sobretudo um partido acoçado, com «grande falta de dinheiro e de recursos materiais». A clássica nota anticomunista está presente. Segundo o sr. Olof Palme, os comunistas têm dinheiro; os socialistas não. Por outras palavras, apoiar a democracia em Portugal significaria ajuda material e ajuda eleitoral ao PS.

É um estranho conceito de democracia o da social-democracia sueca. É uma estranha campanha de solidariedade a que no momento entusiasmo a social-democracia europeia, convidada pelos seus dirigentes a participar pelos canais da ajuda material no processo eleitoral português.

O PCP é acusado de ser financiado pelo estrangeiro. É uma calúnia muito batida nos tempos do fascismo e, agora, retomada pela reacção. Os comunistas portugueses contam com os recursos materiais obtidos no País através das contribuições dos militantes do PCP e dos seus simpatizantes. Não receberam um centavo do exterior. Em nenhum país socialista há campanhas de ajuda ao PCP como as que se desenvolvem na Holanda, na Suécia, na RFA a favor do PS. Em que países da Europa se estimula uma política de cerco ao Portugal democrático e livre? Que partidos e organizações estrangeiros interferem na campanha eleitoral para a Constituinte?

Não precisamos tirar conclusões. Os trabalhadores portugueses, o povo português se encarregará disso. A nossa moral, a moral dos comunistas, é realmente muito diversa da que perflham as social-democratas europeias e os seus aliados portugueses. O resultado da comparação constitui para nós um motivo de orgulho.

No caso da Suécia, estamos perante uma nítida interferência na política interna portuguesa.



A outra face do «paraíso» colombiano

Em recente intervenção na televisão, o presidente López Michelsen, da Colômbia, utilizando a mesma demagogia que empregou durante a campanha em que foi eleito (em oposição a um candidato da ultradireita), afirmou que a Colômbia goza duma excelente situação económica. E esboça o quadro com que tenta ilusar a sua afirmação—cresce sem cessar a captação das pequenas economias, aumentam os lucros das sociedades anónimas, as pessoas marcam passagens aéreas e lugares em hotéis de zonas de veraneio. Para López Michelsen, a situação é mais que satisfatória. É brilhante.

Mas o verdadeiro quadro da situação da Colômbia, o terceiro país mais populoso da América Latina, é francamente diferente do esboçado. López Michelsen «esqueceu» para e simplesmente dados fundamentais—os que não lhe interessam. «Esqueceu» o milhão de desempregados existentes na Colômbia. «Esqueceu» a monstruosa dívida externa que, no fim do primeiro semestre de 1974, ascendia a 45 milhões de contos. «Esqueceu» a incessante subida de preços que atinge preferencialmente os produtos de primeira necessidade.

Há naturalmente beneficiários da «excelente» situação económica da Colômbia—os banqueiros, a burguesia industrial, os grandes proprietários agrícolas, os ricos comerciantes—5 por cento da população—e os EUA. As seis maiores empresas de energia eléctrica da Colômbia, tinham em 1972, uma dívida externa de 10 milhões de contos e planeia somar a essa dívida, até 1980, 30 milhões de contos. A Empresa da Energia Eléctrica de Bogotá, que já tem até 1980 uma dívida de 7 milhões de contos, prepara-se para contraí-la numa nova dívida de 80 milhões com o Grupo de Consulta do Banco Mundial. Estes senhores não parecem muito preocupados com semelhante situação. Tentarão fazer pagar ao povo colombiano. Quem ganha naturalmente é o credor—o imperialismo norte-americano. Em matéria de lucros, os grandes potentados não têm que se queixar. A Fabricato alcançou, em 1974, lucros superiores a 130 mil contos. O Simoes, no mesmo ano, contou com 70 mil contos. E o Banco da Colômbia que, no segundo semestre de 1974, ultrapassou os 180 mil contos de lucros. Entretanto o salário médio da maioria da população—85 por cento—é inferior a 1500 escudos mensais.

O povo colombiano tem persistido numa luta tenaz contra o demagógico e conservador governo de López. À constante subida de preços e de impostos, responde com greves e manifestações (de que se destaca a luta dos operários da Philips), com a reivindicação avançada pela CSTC (movimento sindical), de um aumento geral de salários de 50 por cento. A repressão à luta das massas trabalhadoras atingiu ultimamente formas particularmente agudas. Em Tumaco, perante uma manifestação popular, o Exército carregou, ferindo numerosos manifestantes e assassinando um estudante. Processa-se a militarização de Barrancabermeja. O incêndio que devorou a povoação de Condoto, deixou impassíveis as autoridades oficiais. Em Valledupar efectuaram-se mais de mil prisões. Recentemente efectuaram-se mais prisões de militantes do Partido Comunista da Colômbia.

Apesar da política de repressão e da oca demagogia do governo de López, as massas populares da Colômbia dispõem-se cada vez mais decididamente a lutar pelas suas justas reivindicações. O recente estabelecimento de relações comerciais entre a Colômbia e a União Soviética e o reconhecimento de Cuba (depois de um corte de relações imposto pelos EUA, que se prolongava há já 14 anos), são grandes vitórias populares que atestam da justiça da linha política seguida pelos nossos camaradas do Partido Comunista da Colômbia.

A ditadura de Bordaberry é impotente para vergar a luta do povo do Uruguai

Assistese no Uruguai a uma nova escalada repressiva, visando particularmente a actividade sindical livre. Os sindicatos dos ferroviários e dos operários da indústria da carne (a mais importante do país) são os distinguidos pela fúria da polícia de Bordaberry. Em 28 de Fevereiro, os 221 operários dos frigoríficos de Cruz del Sur e Frimmar que esperavam junto ao colégio de San Isidro, em Las Pedras, o pagamento do subsídio de desemprego, foram presos em massa. A 12 de Março ainda se desconhecem o paradeiro de doze deles. A sede da Federação Ferroviária foi assaltada, e roubadas máquinas de escrever, microfones, dinheiro e objectos diversos. Alguns dos dirigentes sindicais presos foram levados para o interior do país e sujeitos às torturas habitualmente praticadas pela polícia do regime fascista do Uruguai; a estatura, a aplicação de choques eléctricos nas zonas mais sensíveis do corpo, os espancamentos. Bordaberry pode gabar-se de utilizar métodos tipicamente nazis. Entretanto tem audácia de declarar no estrangeiro que no Uruguai não há tortura. Marcelo Caetano, no tempo do fascismo, também fazia afirmações idênticas. Dizia que os comunistas consideravam tortura, três ou quatro horas de interrogatório...

O Uruguai é actualmente, lado a lado com o Chile de Pinochet, o país em que se registam maiores ritmos de inflação. Montevideo e Santiago do Chile são as cidades da América Latina com mais acentuado aumento do custo de vida. Montevideo é a terceira capital na carestia dos produtos de primeira necessidade. As próprias estatísticas oficiais revelam que em Janeiro deste ano os salários são os mais baixos dos últimos três anos—a deterioração dos salários é da ordem dos 50 por cento. Depois dos aumentos de preços em Fevereiro, o consumo de carne baixou em 25 por cento. Enquanto aumentam os impostos que recaem sobre as massas trabalhadoras, baixam os atingem os latifundiários. O Uruguai endividou-se cada vez mais face aos seus senhores de Washington, e o Fundo Monetário Internacional exige como condição para novos empréstimos... a garantia de manutenção da actual política económica pelo menos por mais cinco anos. Ou seja, a garantia de que a ditadura de Bordaberry não vai cair pelos tempos mais próximos, para que os EUA possam continuar a explorar calmamente as riquezas e o trabalho do povo do Uruguai. As «ajudas» económicas do imperialismo estão isentas de obscuros e ameaçadores interesses. Mas é um jogo arriscado e complexo. Bordaberry terá prometido aguentar a sua ditadura por mais uns anos. Recorrerá naturalmente à intensificação da repressão. Prevendo-se contra eventuais erros de cálculo, Washington agravará a exploração do Uruguai. Mas as contradições no país tenderão a agudizar-se ainda mais. A limitadíssima base interna de apoio do regime fascista será cada vez mais impotente para suportar a envergadura da luta de um povo que tem dado sobejas provas de consciência e combatividade. Desde a greve geral de Junho-Julho de 1973, em que o proletariado enfrentou heróicamente a ditadura durante 15 dias, a instabilidade e as contradições do governo de Bordaberry têm vindo sempre a acentuar. As massas trabalhadoras têm desenvolvido importantes lutas, como a greve de 4 meses dos operários dos frigoríficos Frimmar, um dos poucos casos de luta vitoriosos. A ilegalização da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) e da ilegalização da Construção, não os impediu de dirigir de facto a luta dos trabalhadores. Fracassou a tentativa de criação de sindicatos «amarelos». A arma do terror não verga um povo que luta pela liberdade.

A ESCALADA DA REACÇÃO NA REGIÃO DAS BEIRAS DO PORTUGAL QUE TEMOS AO PORTUGAL QUE QUEREMOS CONSTRUIR

Portugal caminha a passos largos para o socialismo. Quase a medo, de quando em quando com coragem revolucionária, na maioria das vezes, o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril consolida-se dia a dia com novas vitórias das forças progressistas. Ele é já irreversível.

Contudo, a noite fascista foi tão longa que o sol da li-



Assegurar um futuro para as crianças

berdade custa a chegar a alguns pontos do País. Subitamente «sacudidas» do obscurantismo em que sempre viveram, muitas populações assistem incrédulas, ao desmoronar das ideias feitas e impostas como única verdade; à desmistificação dos idólos-pés-de-barro a quem se tinham habituado a obedecer; ao início de uma nova era onde todos têm uma palavra a dizer.

E têm medo. Medo da liberdade que desconhecem, das ideias próprias que nunca formularam, de reconhecer as monstruosas mentiras que durante tantos anos lhes serviram como verdade oficial.

E insurgem-se. Contra a sua própria liberdade, contra os seus próprios interesses. Contra os que procuram verdadeiramente levar o esclarecimento — a primeira fila dos quais os comunistas.

Inconscientemente acabam por fazer o jogo da reacção que, fomentando e explorando o obscurantismo em que vivem, no seu seio se organiza, sabota e conspira.

A região das Beiras é um exemplo.

A medida que o processo revolucionário avança, a cada derrota da reacção a cada novo êxito das forças progressistas o desespero dos caciques do antigo regime e dos neofascistas aumenta. Conscientes da força e do papel de vanguarda do PCP, as forças reacçãoárias fazem do anti-comunismo a sua principal arma para procurar impedir o avanço da população democrática portuguesa.

Na região das Beiras a campanha eleitoral tem vindo a caracterizar-se por uma escalada da reacção contra o Partido Comunista, assumindo em alguns distritos proporções verdadeiramente alarmantes, atentatórias das liberdades conquistadas em 25 de Abril e da ordem democrática defendida pelo patriótico MFA e por todas as forças verdadeiramente progressistas.

Numa entrevista concedida

ao «Avante!», os candidatos do nosso Partido pelo distrito de Aveiro — José Bernardino, Carlos Alberto Abreu, João Sarabando, Pinto da Costa e Cecília Sacramento — deram a conhecer, em linhas gerais, a situação que se vive naquele distrito.

Dividido em duas zonas distintas — com um sul eminentemente agrícola e um norte industrializado — o distrito de Aveiro caracteriza-se pela existência de um proletariado recém-vindo da pesca e da agricultura, pouco habituado a participar na vida política. O consenso mais ou menos generalizado de que Aveiro é um distrito todo ele muito politizado, devido talvez às jornadas democráticas ali realizadas durante o fascismo, não corresponde à realidade concreta.

Apesar de ser o quarto distrito industrial do País e de possuir enormes potencialidades (campos férteis para a produção de carne e leite, arrozais, salinas, produção vinícola, uma costa rica em peixe, etc), o mau aproveitamento dos recursos naturais e as duras condições de vida levaram à emigração massiva para os Estados Unidos, Venezuela e Canadá. Submetidos aos caciques locais, os que ficaram, enganados pela propaganda anticomunista dos países capitalistas onde trabalham, os que emigraram, as massas trabalhadoras são em alguns casos facilmente manobradas pelos reacçãoários que actuam na sombra e cuja voz encontra grande eco nos boletins paroquiais da região (Bairrada, João Semana e Nari).

Os concelhos de Murtosa, Vagos, Aveiro e Arouca são alguns onde as manobras da reacção mais se têm feito sentir. Desde os insultos, ameaças, difamação de carros, às agressões mais violentas, a tudo se tem recorrido para impedir o PCP de levar o esclarecimento às populações.

Em Vilar, por exemplo, um camarada nosso foi ferido para o hospital; no Mamodeiro, para além de destruírem os fusíveis da escola onde se devia realizar a sessão de esclarecimento, os provocadores apedrejaram numerosas vezes os carros em que se deslocavam os militantes do nosso Partido, ao mesmo tempo que gritavam furiosamente «não queremos os comunistas, aqui só manda o PPD»; em Veios, provocadores armaram uma emboscada aos nossos camaradas e agrediram-nos barbaramente. E cenas semelhantes repetem-se diariamente.

Mas nem sempre a reacção leva a melhor. Em Murtosa, graças à pronta intervenção dos militares da Força Aérea de S. Jacinto foram presos sete dos principais agitadores que procuravam boicotar uma sessão de esclarecimento do nosso Partido. No carro do cabecilha do grupo de provocadores, José Valente de Almeida (Aneco), negociante de gado, foram encontrados vários varapaus, uma catana e duas enxadadas!!

Importa também assinalar que é característica comum em todos os boicotes ouvir-se vivas ao PPD, chegando-se mesmo ao ponto de serem distribuídos emblemas e bonés daquele partido.

A coragem de ser comunista

«Os comunistas morrem na rua» é uma das muitas ameaças que com frequência são enviadas pelo correio aos nossos militantes mais destacados. Tudo indica que a reacção está organizada, vestindo a máscara do anti-comunismo, o alvo que procura atingir

não é apenas o PCP, é a própria democracia em que vivemos, é a liberdade que tão duramente conquistámos.

A reacção não pode ter nenhuns onde se acoste impune. E necessário destruí-la quanto antes, é necessário que todas as forças verdadeiramente democráticas conjuguem os seus esforços para a combater, é necessário que o 15 de Abril seja uma realidade em todos os pontos do País.

A democracia em Portugal não poderá ser construída sem os comunistas, e muito menos contra os comunistas.

Não é por acaso que a reacção se intensifica à medida que o nosso Partido cresce e se fortalece. É que quanto mais enraizado nas massas estiver o PCP menos possibilidades terão os fascistas de sobreviver, de continuar a explorar o nosso povo de viver como parasitas à custa do suor e dos sacrifícios das classes trabalhadoras.

Se na verdade é preciso ter coragem para se ser comunista em determinadas regiões, os comunistas já demonstraram que estão dispostos a tudo para sacrificar, inclusive a vida se necessário, pela defesa dos interesses do povo português, pelos ideais do socialismo e do comunismo. Os nossos camaradas de certas regiões das Beiras são disto bem um exemplo. A reacção não conseguirá impedir que a voz do PCP chegue a todos os lugares mesmo aos mais isolados a levar o esclarecimento e a certeza de um futuro radioso, a combater o obscurantismo, a ignorância e a mentira.

Os comunistas não confundem a reacção com o povo, a provocação com a ignorância. Nas dezenas e dezenas de sessões de esclarecimento dia-



O camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central e candidato pelo distrito da Guarda, distribuindo propaganda do nosso Partido em Aguiar da Beira

riamente realizadas nas terras esquecidas das Beiras é frequente surgirem as perguntas mais inconcebíveis, que não fora traduzirem o profundo atraso do nosso povo não se hesitaria em considerar aneddotas. Como aquela velha camponesa da Aldeia dos Dez (Oliveira do Hospital) que perguntava se era verdade que os comunistas matavam os velhos com uma injeção atrás da orelha, ou uma outra de um lugar anónimo da zona fronteiriça da Guarda, que tinha ouvido dizer — seria verdade? — que no comunismo, quando as mulheres já não podiam trabalhar, as punham a chocar ovos!

Não é o povo que inventa estas mentiras absurdas. Mas

então quem o faz? Quem as propaga? Quem expõe a forma tão abjecta a ignorância do povo? Quem tem medo dos comunistas?

Até que ponto será lícito considerar que as eleições que se aproximam são efectivamente livres, em algumas zonas das Beiras?

E até quando os caciques do fascismo continuarão impunemente a enganar o povo, a travar o avanço da democracia? Até quando o cetro reacçãoário continuará a ter liberdade para utilizar o púlpito e o ascendente que possui sobre a população para a instigar contra as forças progressistas e levar a fazer o jogo da reacção?

Mas, entretanto, o processo revolucionário avança implacavelmente, arrastando consigo cada vez mais vozes, cada vez mais braços, cada vez mais força. E mesmo nas suas praças fortes a reacção vai sendo derrotada, perdendo terreno, assistindo impotente ao despertar dos trabalhadores para a luta.

Como acontece mesmo nas Beiras.

Trabalhadores lutam pelo direito à dignidade humana

Nó desenrolar de um processo desencadeado em Novembro do ano findo e em consequência das mais torpes manobras por parte de entidade patronal, os 400 trabalhadores da firma João Nunes da Rocha (pré-fabricados) decidiram ocupar as instalações fabris até à intervenção do Governo, com a aplicação do Decreto-Lei 660/74, intervenção essa já pedida em Dezembro passado e agora novamente formulada.

Firmemente decididos a aca-

vindicação de carácter monetário, como nos afirmaram. Quando a Comissão foi entregar o caderno, no dia 31 de Dezembro, o sr. João Nunes da Rocha não só nos insultou como se recusou a aceitá-lo, tendo ameaçado que



As vezes, os militantes do nosso Partido em missão de esclarecimento são recebidos da maneira «acolhedora» documentada por esta imagem colhida há dias em Aguiar da Beira

deixaria ir a empresa à falência caso nós pretendéssemos reivindicar fosse o que fosse.

Apesar desta atitude do patronato, os trabalhadores concederam-lhe um prazo de três dias, findo o qual ele fez uma contraproposta, que deu origem ao início de negociações em que intervieram, além dos interessados, o delegado do Ministério do Trabalho e o dr. Vale Guimarães, por parte da empresa. Chegou-se então a uma plataforma de acordo que ambas as partes assinaram e se comprometeram a respeitar.

Entretanto, e segundo os trabalhadores, a partir da assinatura do acordo, a conduta do sr. João Nunes da Rocha tornou-se ainda mais autoritária e insultuosa, chegando ao extremo de não reconhecer a Comissão de Trabalhadores democraticamente eleita e pretender formar uma outra da sua confiança.

Face a esta tomada de po-

sição, os trabalhadores decidiram, primeiro, paralisar o trabalho durante meia hora, e depois durante uma hora, bem como sanear da empresa um elemento que fazia parte da Comissão e se tinha vendido ao patronato.

os trabalhadores debateram a questão, empenhando-se em procurar uma plataforma de Perante o «impasse», os trabalhadores decidiram manter a ocupação das instalações da fábrica e reforçar o pedido de intervenção do Estado.

sejam apenas salvaguardar o pão de cerca de 400 famílias, acabar com a opressão a que estavam sujeitos, garantir o direito ao trabalho. Estamos decididos a continuar a nossa luta.

A luta dos trabalhadores da fábrica João Nunes da Rocha é a luta comum de todos os trabalhadores contra a opressão e a exploração, é a luta comum de todo o povo português pelo direito ao trabalho, à dignidade humana, por uma sociedade mais justa. E também uma prova de como, mesmo nas Beiras, a classe operária e os trabalhadores em geral avançam para o termo da exploração do homem pelo homem.

A força do PCP

Apesar da feroz campanha anticomunista desencadeada em toda a região das Beiras, a organização do PCP cresce e fortalece-se constantemente, fruto da dedicação sem limites dos nossos militantes do permanente trabalho de esclarecimento.

Mais que em qualquer outra província do País a propaganda e a informação desempenham um papel extremamente importante. Das estradas principais aos mais anónimos «caminhos de cabras», o símbolo do nosso Partido, as suas palavras de ordem, são uma presença constante.

Dos desenhos mais artísticos, como em Coimbra, Aveiro e Guarda, ao simples PCP inscrito nas árvores à beira do caminho, como a poucos quilómetros de S.ª Comba Dão, por todo o lado se encontra a presença dos comunistas.

Também as caravanas de propaganda se realizam com regularidade, levando às povoações mais distantes a voz do Partido, o seu programa, a sua presença constante na vanguarda da luta do novo português pela democracia e pelo socialismo. E também por toda a parte as massas trabalhadoras manifestam o seu apoio e confiança no PCP, como aconteceu, por exemplo,



É urgente criar condições para uma velhice sem preocupações

madeira de eucalipto; «entrou» 10 mil contos num terreno para a construção do célebre edifício-torre no centro da cidade de Aveiro; comprou uma quinta em S. Pedro do Sul por três mil contos para só lá passar as férias; investiu 30 mil contos na implantação de uma fábrica em Moçambique, que está parada e cuja administração já deu origem a processos judiciais.

O volume de encomendas em carteira é de cerca de 20 mil contos, mas por falta de capital, as matérias-primas estão a ser adquiridas, desde Janeiro, a 50 por cento, o que inevitavelmente deu origem a que alguns sectores fossem obrigados a paralisar.

Além disso, o propagado pela entidade patronal e por alguns fascistas da mesma laia, os trabalhadores da empresa não pretendem de forma alguma a autogestão; de-

AVEIRO MARNOTOS DISCUTEM PROBLEMAS DO SALGADO

Como sempre aconteceu, o nosso Partido tem-se debruçado, atenta e permanentemente sobre os problemas que se abatem sobre as massas trabalhadoras.

Assim, dentro do mesmo espírito que norteou a realização de anteriores encontros, realizou-se no Centro de Trabalho do nosso Partido em Aveiro uma reunião com os homens que trabalham o salgado.

As conclusões ali apontadas exigem soluções tanto quanto possível rápidas para que não se extinga uma im-

portante actividade, quer para a economia regional quer para a economia nacional.

As grandes dificuldades foram ali debatidas e, após uma análise profunda da situação, foram elaboradas as seguintes conclusões, posteriormente enviadas ao Governo:

1—Integração dos salgados na vida agrícola e, portanto, nos organismos oficiais ligados à agricultura.

2—Criação de uma cooperativa integrando os produtores de sal. Neste caso, produtores e marnotos, com direito de exclusividade da comercialização do produto.

3—Demarcação de zonas produtoras de sal (Aveiro, Figueira da Foz, Tejo, Sado e Algarve).

4—Exclusivo de fornecimento ao Norte por parte do salgado de Aveiro.

5—Eliminação de intermediários, nomeadamente daqueles que detêm o monopólio das vendas ao consumidor.

6—Redução e, em alguns casos, anulação do imposto e outros descontos para os vários organismos ligados ao sal.

7—Estabelecimento prévio de preços de venda do produto, em todo o País, a partir do produtor.

8—Criação de um sistema nacional de seguros contra graves prejuízos na cultura do sal, causados pelo mau tempo.

9—Criação de um sindicato de encarregados e moços de marinha.

que, além de se mostrar reacçãoário em todos os aspectos, dá muito maus exemplos na sua vida particular e, agora também, utiliza a discriminação na vida religiosa.

Assim, durante a visita Pascal, apenas foi à casa do sr. eng.º Gustavo Cudell e à Casa das Andorinhas. Não visitou mais casa nenhuma da aldeia de Carvalhais porque, segundo diz, nem que esteja lá 50 anos; não vai à casa dos comunistas.

Consideramos esta atitude do sr. padre como uma afronta aos sentimentos religiosos de toda uma aldeia que, nesse dia, esperava e desejava a visita Pascal.

A visita às casas dos ricos desta terra mostra bem de que lado está o sr. padre. Perguntamos a V. Ex.ª Rev.ª de que lado está a Igreja.

—A população desta terra considera, finalmente, que a presença do sr. padre Ferro é uma afronta que não estamos dispostos a tolerar por muito tempo. Responsabilizamo-nos, pois, o sr. bispo, pelo que possa acontecer de grave ao sr. padre Ferro, caso V. Ex.ª Rev.ª não tome medidas imediatas.

DE QUE LADO ESTÁ A IGREJA? —pergunta-se em Carvalhais

Recentemente, grande parte da população de Carvalhais, freguesia do concelho de Mirandela, subscreveu um abaixo-assinado enviado a D. Manuel de Jesus Pereira, bispo de Bragança e Miranda, em que denuncia atitudes reacçãoárias e anticristãs do padre Cândido Augusto Ferro, que é pároco daquela freguesia. Afirmo o documento: — Sendo a maioria desta população católica de longa data, tem sempre procurado cumprir escrupulosamente os seus deveres religiosos.

Há cerca de seis anos atrás, a partir do momento em que o padre Ferro veio para esta freguesia, começou a tomar atitudes que cedo esvaziaram a Igreja.

Nunca este pároco se preocupou em ensinar as crianças, e muitas vezes nem sequer toca o sino para a celebração da missa, sendo esta celebrada só para si e para a mulher que tem em casa.

—As acusações que o referido padre nos faz referem-se apenas ao facto de a maioria da população ser comunista. Mas nós, como comunistas, consideramos-nos muito mais católicos do que o sr. padre



Serão os comunistas quem mata os velhos?

